



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS – CCAA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS



LUCIANA SIRQUEIRA VIANA

**PERCEPÇÕES DE ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA SOBRE A  
TEMÁTICA SEXUALIDADE**

CHAPADINHA – MA

2018

LUCIANA SIRQUEIRA VIANA

**PERCEPÇÕES DE ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA SOBRE A  
TEMÁTICA SEXUALIDADE**

Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas, na Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Agrárias e Ambientais, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréa Martins Cantanhede.

CHAPADINHA – MA

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Viana, Luciana Sirqueira.  
PERCEPÇÕES DE ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA SOBRE A  
TEMÁTICA SEXUALIDADE / Luciana Sirqueira Viana. -  
2018. 62 p.

Coorientador(a): Charlyan de Sousa Lima.  
Orientador(a): Andréa Martins Cantanhede.  
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências  
Biológicas, Universidade Federal do Maranhão,  
Universidade Federal do Maranhão, Campus IV, 2018.

1. Escola. 2. Orientação sexual. 3. Tabu. I.  
Cantanhede, Andréa Martins. II. Lima, Charlyan de  
Sousa. III. Título.

LUCIANA SIRQUEIRA VIANA

**PERCEPÇÕES DE ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA SOBRE A  
TEMÁTICA SEXUALIDADE**

Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas, na Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Agrárias e Ambientais, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréa Martins Cantanhede.

APROVADA EM: 04 / 07 / 2018

BANCA EXAMINADORA

Andréa Martins Cantanhede

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andréa Martins Cantanhede** (Orientadora)

Doutora em Genética, Conservação e Biologia Evolutiva

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Charlyan de Sousa Lima

**Prof<sup>o</sup> Me. Charlyan de Sousa Lima** (Co-orientador)

Doutorando em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento

Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES

Franciane Silva Lima

**Prof<sup>a</sup> Ma. Franciane Silva Lima**

Mestre em Ensino de Ciências e Matemática

Docente Interno - Universidade Federal do Maranhão - UFMA

*Dedico esse trabalho aos meus pais José e Sebastiana, que são minha inspiração de vida. Sem vocês eu nada seria.*

## AGRADECIMENTOS

Não sou capaz de definir a importância desse dia, o sentimento dominante nesse momento é somente GRATIDÃO.

Sou grata sempre a Deus, por tudo de bom que permitiu acontecer em minha vida, por cada ensinamento, cada alegria vivida, por todas as barreiras ultrapassadas, foi a Sua mão que me guiou até aqui. Pela força e pela vida a minha eterna gratidão.

A minha orientadora “Top” Prof<sup>a</sup>. Dra. Andréa, pela orientação, paciência, compreensão, incentivo e carinho em todos os momentos. Pela pessoa inteligente, competente, humilde e iluminada que é... Muito obrigada.

Ao professor e mestre Charlyan pela co-orientação, amizade e paciência em ensinar e colaborar nas discussões dos resultados, pela disponibilidade e contribuição para o melhoramento da mesma. Obrigada pela parceria professor.

Ao Mestre grande professor Fadul, que sempre acreditou na minha capacidade de concluir uma graduação, obrigada por todo o incentivo professor. És exemplo de pessoa e educador.

Aos meus pais José e Sebastiana – meus companheiros, colaboradores, incentivadores – Amo muito vocês, vocês são o que eu tenho de mais valioso.

As minhas irmãs, Regina e Ana Lúcia, pelo amor, carinho e amizade, obrigada por todo apoio. Vocês são demais!

Ao amor da minha vida, minha Ana Clara, a titia ama muito você.

Agradeço aos amigos sinceros que fiz durante este tempo de UFMA, que sem eles todos esses anos de estudo não teriam tanta graça e leveza com certeza: Ely, Paulinha, Lene, Jaylane, Auryneith, Val, Isabel, Maxwell, Wanderson e Darlene.

A minha fiel companheira, minha “frend” Rosa, que esteve comigo durante esses 5 anos de graduação, obrigada não somente pela parceria construída, mas, sobretudo pelo apoio e irmandade.

As amigas que chegaram e permaneceram não só em minha vida, mas especialmente no coração: Bruna, Jayne, Brenda, que compreenderam a minha ausência, que foram companheiras e que eram meus refúgios quando precisava de lazer e de conversar.

A todos do Projeto PIBID pelo acolhimento e amizade, tanto pelos ensinamentos quanto pelas risadas!

Aos meus alunos participantes dessa pesquisa, os quais tenho um enorme carinho. Obrigada pela admiração e “fã-clube”, vocês foram “demais da conta”.

A todos os professores do CCAA/UFMA que me acompanharam durante o curso, pela mensagem que cada um deixou registrado, por compartilharem ensinamentos para vida pessoal e profissional, muito obrigada.

Obrigada a todas as pessoas que me ajudaram nesta jornada, e que sempre pude contar, pessoas que colaboraram direto ou indiretamente no meu crescimento pessoal e profissional.

*“Sonhos determinam o que você quer. Ação determina o que você conquista”.*

***(Aldo Novak)***



Esta monografia foi descrita conforme as normas da Revista Cadernos de Pesquisa – UFMA,  
as quais estão incluídas nos anexos.

## LISTA DE TABELAS

		<b>Pág.</b>
<b>Tabela 1</b>	Frequência e porcentagem das respostas dos discentes sobre os assuntos que gostariam de obter mais informações sobre educação sexual.	27
<b>Tabela 2</b>	Frequência e porcentagem das respostas dos discentes sobre AIDS.	32
<b>Tabela 3</b>	Frequência e porcentagem das respostas dos discentes sobre o conceito de sexo seguro.	33
<b>Tabela 4</b>	Frequência e porcentagem das respostas dos discentes sobre as causas da gravidez na adolescência.	37
<b>Tabela 5</b>	Frequência e porcentagem das respostas dos discentes sobre Homofobia.	42

## LISTA DE FIGURAS

		<b>Pág.</b>
<b>Figura 1</b>	Porcentagem das respostas dos discentes sobre discussão de sexualidade na escola.	26
<b>Figura 2</b>	Porcentagem das respostas dos discentes sobre discussão com professores sobre sexualidade na escola.	28
<b>Figura 3</b>	Porcentagem das respostas dos discentes sobre discussão de sexualidade no convívio familiar.	29
<b>Figura 4</b>	Porcentagem das respostas dos discentes sobre DST.	31
<b>Figura 5</b>	Porcentagem das respostas dos discentes sobre métodos contraceptivos.	35
<b>Figura 6</b>	Porcentagem das respostas dos discentes sobre se gravidez na adolescência pode prejudicar os estudos.	36
<b>Figura 7</b>	Porcentagem das respostas dos discentes sobre o termo Heterossexualidade.	39
<b>Figura 8</b>	Porcentagem das respostas dos discentes sobre o termo Homossexualidade.	40
<b>Figura 9</b>	Porcentagem das respostas dos discentes sobre o termo Bissexualidade.	41
<b>Figura 10</b>	Porcentagem das respostas dos discentes sobre ser preconceituoso.	41
<b>Figura 11</b>	Nuvem de palavras gerada pelo software IRAMUTEQ (LOUBERE; RATINAUD, 2014) referente aos textos produzidos pelos discentes abordando seus pontos de vistas sobre a diversidade de configurações familiares apresentadas nas figuras que lhes foram apresentadas durante as atividades educativas.	43
<b>Figura 12</b>	Conexidade das palavras presentes nas produções textuais dos estudantes sobre a diversidade de configurações afetivas e familiares com base na análise de similitude realizada pelo software IRAMUTEQ (LOUBERE; RATINAUD, 2014).	45

## LISTA DE QUADROS

		<b>Pág.</b>
<b>Quadro 1</b>	Segmentos de textos presentes nas produções textuais descritivas dos discentes abordando seus pontos de vistas sobre a diversidade de configurações afetivas e familiares.	44

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>AIDS</b>	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.
<b>BNCC</b>	Base Nacional Comum Curricular.
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação.
<b>DSTs</b>	Doenças Sexualmente Transmissíveis.
<b>HIV</b>	Vírus da Imunodeficiência Humana.
<b>LGBT</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura.
<b>PCN'S</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais.

## SUMÁRIO

	<b>Pág.</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>2 METODOLOGIA</b>	<b>23</b>
<b>3 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>24</b>
<b>3. 1 Abordagem sobre sexualidade no ambiente escolar e familiar</b>	<b>25</b>
<b>3. 2 Doenças Sexualmente Transmissíveis e Sexo Seguro</b>	<b>30</b>
<b>3. 3 Gravidez na Adolescência</b>	<b>35</b>
<b>3. 4 Orientação Sexual</b>	<b>39</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>48</b>
<b>ANEXO A – Normas da Revista Cadernos de Pesquisa – UFMA</b>	<b>57</b>
<b>APÊNDICE A – Questionário Inicial dos conhecimentos prévios sobre Sexualidade</b>	<b>61</b>
<b>APÊNDICE B - Figura da diversidade de configurações afetivas e familiares para produções textuais descritivas elaboradas pelos alunos</b>	<b>62</b>

## PERCEPÇÕES DE ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA SOBRE A TEMÁTICA SEXUALIDADE

### RESUMO:

A adolescência é uma fase marcada por mudanças, não só anatômicas e fisiológicas, mas sociais e psicológicas. Nesta fase marcada por descobertas, sentimentos, inquietações, desabrocha a sexualidade, considerada um aspecto intrínseco da personalidade humana. Portanto, não pode e nem deve ser ignorada ou adiada. Faz-se necessário uma adequada orientação sexual para que os alunos possam tomar atitudes coerentes com a sua saúde reprodutiva e também com do seu parceiro. Assim, este trabalho objetivou investigar as percepções dos alunos sobre sexualidade, orientação sexual, DSTs, sexo seguro e gravidez na adolescência. Foi possível observar que a sexualidade nem sempre é comentada pelos professores na escola, poucos pais conversam sobre o tema com seus filhos e que alguns alunos não se sentem à vontade de expressar suas dúvidas sobre o tema. A maioria dos adolescentes não apresentam conhecimento sobre DSTs, sexo seguro e métodos contraceptivos, e apontam que a causa da gravidez na adolescência é a irresponsabilidade dos próprios adolescentes. Além disso, foi possível perceber relatos preconceituosos associados a visões de estereótipos binários num discurso de “normalidade”. É necessário romper com a visão homogeneizadora promovendo práticas educativas que promova situações em que seja possível o reconhecimento entre os diferentes promovendo relações interculturais positivas. Nesse sentido, a escola é um espaço privilegiado para construção e desconstrução das dúvidas e ansiedades dos adolescentes, assim, esse estudo contribuiu para o processo de conhecimento dos adolescentes sobre sua sexualidade, o que favorece um olhar mais cuidadoso, positivo e responsável com seu corpo e com o do outro.

**Palavras – chave:** Orientação sexual. Tabu. Escola.

## **PERCEPTIONS OF PUBLIC SCHOOL STUDENTS ABOUT THE THEME SEXUALITY**

### **ABSTRACT:**

Adolescence is a phase marked by changes, not only anatomical and physiological, but social and psychological. In this phase marked by discoveries, feelings, restlessness, unbuttoned sexuality, considered an intrinsic aspect of the human personality. Therefore, it can not and should not be ignored or delayed. Adequate sexual orientation is necessary so that students can take actions consistent with their reproductive health as well as with their partner. Thus, this study aimed to investigate students' perceptions about sexuality, sexual orientation, STDs, safe sex and teenage pregnancy. It was possible to observe that sexuality is not always commented by the teachers in the school, few parents talk about it with their children and that some students do not feel free to express their doubts on the subject. Most adolescents do not present knowledge about STDs, safe sex and contraceptive methods, and point out that the cause of teenage pregnancy is the irresponsibility of adolescents themselves. In addition, it was possible to perceive biased accounts associated with visions of binary stereotypes in a discourse of "normality". It is necessary to break with the homogenizing vision promoting educational practices that promote situations in which it is possible the recognition between the different promoting positive intercultural relations. In this sense, the school is a privileged space for the construction and deconstruction of adolescents' doubts and anxieties, so this study contributed to the adolescents' knowledge process about their sexuality, which favors a more careful, positive and responsible look with their body and with the other.

**Key - words:** Sexual orientation. Taboo. School.



## 1 INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a adolescência é constituída de um processo biológico onde ocorre de forma acelerada o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade, sendo definida de pré-adolescência a fase que compreende os 10 a 14 anos de idade e a adolescência dos 15 aos 19 anos. Assim, a adolescência é considerada uma fase de transição entre a infância e a vida adulta (DAVIM et al., 2009).

A adolescência é uma fase marcada por grandes e aceleradas alterações não só anatômicas e fisiológicas, mas também sociais e psicológicas próprias do processo de amadurecimento do ser humano. No entanto, não se trata de um período homogêneo, não ocorre de maneira igual para todos. Apesar das características próprias da adolescência variar entre culturas, grupos e mesmo entre indivíduos, existe um ponto em comum: as mudanças corporais e a obtenção da identidade pessoal, estabelecidas pelas experiências de autoconhecimento, período em que aflora a sexualidade (SANTOS, 2011).

Segundo Santos e Nogueira (2009) pensar na sexualidade como um processo que desabrocha na adolescência é pensar num universo de anseios, excitações, descobertas, sentimentos, inquietações, etc. Portanto esse não pode e nem deve ser ignorado ou adiado, devendo ser elaborado, discutido e construído. No período da adolescência, é essencial uma adequada educação sexual, por meio da qual o adolescente tenha a possibilidade de aprender a cuidar não só de sua saúde reprodutiva e da do seu parceiro(a), como também tenha oportunidade para falar de dúvidas, receios, desejos, sentimentos etc.

De acordo com Lopes (2001), a sexualidade está presente em todos os indivíduos, é um aspecto intrínseco da personalidade humana. Assim, tentar reprimir as expressões de sexualidade é dificultar o desenvolvimento humano. Dessa forma é importante reconhecer as manifestações de sexualidade e conversar sobre elas, principalmente com adolescentes, já que a adolescência é vista como uma fase de conflitos.

Dentro desse contexto os primeiros e principais responsáveis por uma educação sexual que permita uma visão consciente da sexualidade são os pais. E os aliados aos pais nessa difícil tarefa de educar devem ser os professores (SAYÃO, 1995). Conforme Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana (ECOS, 2013), tanto os pais quanto os educadores devem se preocupar para que os adolescentes tenham uma educação sexual sadia, baseada em hábitos e valores relacionados com a valorização da vida e com os direitos humanos.

Portanto, no desenvolvimento da sexualidade, a família é em primeira instância, o elemento formador da criança, sendo os pais responsáveis por educar sexualmente seus filhos de maneira informal, passando seus valores culturais e crenças, formando um amplo conjunto de influências exercidas sobre o indivíduo (BOMFIM, 2009).

Esse processo define-se como educação sexual, ainda que esse termo esteja em desuso, especialistas questionam se é admissível educar alguém sexualmente. Atualmente o termo mais aceito é o de “orientação sexual”, pois quando a mesma é utilizada na área de educação deriva do conceito pedagógico de orientação educacional, sendo definida como um processo de intervenção sistemática na área da sexualidade, realizado principalmente em escolas através de informações sobre sexualidade, tabus, crenças e valores referentes aos relacionamentos e comportamentos sexuais (BOMFIM, 2009).

É muito recente a inclusão das questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual na educação brasileira a partir de uma perspectiva de valorização da igualdade de gênero e de promoção de uma cultura de respeito e reconhecimento da diversidade sexual (SECAD, 2007).

É importante reconhecer que a nossa sociedade não é apenas heterossexual, porém é marcadamente heteronormativa (BUTLER, 2003) que se sustenta em grande parte na naturalização da família heterossexual e patriarcal. O silêncio não deveria ser estratégia discursiva dominante, tornando ameaçadora a fronteira entre heteronormatividade e homofobia (LIONÇO; DINIZ, 2008). Para Foucault (1982), a determinação da verdade do sexo é uma construção histórica e, portanto, relativa, estando a serviço do estabelecimento de relações de poder sobre os corpos e da regulação dos prazeres e costumes.

Segundo Dinis (2008), a educação deve ser também um espaço de cidadania e respeito aos direitos humanos, o que tem levado o currículo a discutir o tema da inclusão de grupos minoritários. Nesse sentido, a escola torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade. É um espaço de construção de conhecimento e de desenvolvimento do espírito crítico, onde são formados sujeitos, corpos e identidades (SECAD, 2007).

Em 1995, o Ministério da Educação e Cultura – MEC dispôs a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais que incluiu a orientação sexual como um dos “temas transversais” a serem abordados no contexto escolar. E somente em 1997, a introdução da temática sexualidade nos currículos escolares brasileiros foi instituída pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, vale ressaltar que não como disciplina, mas como conteúdo a ser aliado aos componentes curriculares já existentes, “atravessando” todo o currículo. Nas

últimas décadas do século XX, a abordagem da sexualidade vem ocupando espaços nos meios de comunicação tornando-se centro de discussões entre membros de segmentos sociais mediante avanços e retrocessos, visto que o assunto envolve não apenas valores, mas crenças historicamente enraizadas e socialmente estabelecidas (BOMFIM, 2009).

Em abril de 2017 foi entregue a versão final da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que norteará a elaboração dos currículos educacionais a nível nacional nas esferas pública e privada, onde houve a retirada dos termos “identidade de gênero” e “orientação sexual”, o que gerou uma grande polêmica (SANTOS, 2018). O Ministério da Educação enfatiza que a eliminação dos termos foi fundamentada em determinação do Conselho Nacional de Educação (CNE) (POLETTI, 2018). A eliminação desses termos além de configurar um desrespeito ao princípio de igualdade previsto na Constituição desconsidera os graves casos de violência que estão expostas diariamente a população LGBT (SANTOS, 2018).

A polêmica diz respeito à alteração da diretriz que previa a superação das desigualdades educacionais, removendo a ênfase na promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, a qual foi substituída por “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. A contenda terminou favorável ao Senado, com a aprovação do destaque para manter seu texto (BRASIL, 2017).

Percebe-se que, ao se referir aos preconceitos, não há uma preocupação em debater quais preconceitos seriam esses e nem quais seriam essas diferenças de gêneros. Essas preferências por evitar o uso de termos como “orientação sexual” e “identidade de gênero” se fundamentam nas constantes discussões relacionadas à homossexualidade, definição de família e identidade, temas considerados atuais, presentes em constantes discussões, porém ainda impregnados de muito tabu e preconceito (AVELAR; VALLE, 2017).

O documento introdutório dos PCNs pontua que “a proposta (...) para Orientação Sexual é que a escola trate da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas” (BRASIL, 1998, p. 67). A intervenção pedagógica necessita informar e problematizar questões referentes à sexualidade, ressaltando o trabalho a partir das posturas, das crenças, dos tabus e dos valores a ela associados, o que garante o espaço de formação dos educandos e não apenas a transmissão de informações (SILVA; MEGID NETO, 2006).

O objetivo do trabalho de Orientação Sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que, de um lado, se propõe a trabalhar o respeito por si e pelo outro, e, por outro lado, busca garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, e elementos para a

formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades (BRASIL, 2001, p. 133).

A orientação sexual é cabível na escola, pelo fato da mesma estar vinculada à transmissão da informação embasada no conhecimento científico, discernindo as regras infundadas e preconceituosas, é um espaço que favorece a socialização e o acesso à troca de experiência. Outro fator importante, é que os alunos além de estarem no mesmo estágio de desenvolvimento tendem a passar a maior parte do seu tempo inseridos no ambiente escolar (SANTOS, 2011).

Inicialmente trabalhava-se a sexualidade não porque acreditavam ser importante para o desenvolvimento integral do indivíduo, mas porque as pessoas começaram a ter a visão de que a educação sexual deveria ser discutida de uma forma que tratasse dos problemas que estavam aparecendo (RIBEIRO, 1990). A partir da década de 90, a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumentou devido à preocupação dos educadores com a alta incidência de gravidez na adolescência e o crescimento preocupante dos índices de contaminação do vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) (BEIRAS et al., 2005). Tal fato começava a “ameaçar” também aos adolescentes e mudar todos os conceitos e maneiras de vivenciarem a própria sexualidade (RIBEIRO, 1990).

A construção social humana é orientada por uma multiplicidade de significados que guiam nossas práticas. Historicamente, o modo de explicação da vida social baseou-se num processo de homogeneização e simplificação do que somos, numa lógica de normatividade, compreendida em modelar as pessoas de forma restrita e arbitrária (MOREIRA; CANDAU, 2013). Em relação à sexualidade, visões normalizadoras e homogeneizadoras nos discursos da Biologia presentes nos currículos escolares promoveram explicações essencialistas separando o corpo biológico do cultural. Porém, no século XX, com a contribuição dos movimentos sociais, essa lógica começa a ser questionada e substituída pela visão multi/intercultural, uma vez que somos constituídos pelos diferentes significados em que circulamos (MOREIRA; CANDAU, 2013).

Assim Abramovay, Castro e Silva (2004, p.29) definem a sexualidade como:

[...] uma das dimensões do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. É experimentada ou expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos. Além do consenso de que os componentes socioculturais são críticos para a conceituação da sexualidade humana, existe uma clara tendência, em abordagens teóricas, de que a sexualidade se refere não somente às capacidades reprodutivas do ser humano, como também ao prazer. Assim, é a própria vida. Envolve, também, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura.

Então, a sexualidade não corresponde somente à reprodução humana, mas também a nossa história, os valores os quais carregamos, e a forma na qual nos posicionamos. A sexualidade é um processo contínuo de construção humana, muito além da prática sexual, mas que constitui a própria identidade do sujeito por meio das relações que estabelecem com o outro, com o próprio corpo e com o prazer. Assim, visa-se favorecer processos formativos que rompam com visões estereotipadas e biologizantes da sexualidade, superando a visão higienista que predomina nos processos educacionais escolares (BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2016).

A sexualidade é uma das questões que mais tem trazido dificuldades, problemas e desafios aos educadores, no seu trabalho cotidiano de ensinar (FIGUEIRÓ, 1999). Pois representa um grande desafio por inúmeras questões que englobam não somente as percepções dos professores sobre o assunto, mas a metodologia que é utilizada em sala de aula, a discussão de temas considerados tabus que conflitam com orientações religiosas e familiares, as diversidades, os preconceitos, dentre outras (BARCELOS; JACOBUCCI, 2011).

De acordo com Beiras et al. (2005) as dificuldades começam com a própria sexualidade destes profissionais que se sentem pouco à vontade para estabelecerem um diálogo franco com os alunos sobre determinados temas, como: início da vida sexual, masturbação, virgindade, gravidez, sexo seguro, uso de camisinha, orientação sexual, métodos contraceptivos, AIDS e DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis), bloqueando o enfrentamento de situações imprevistas que constantemente surgem no ambiente escolar. Assim, a inclusão de discussões sobre questões relacionadas à sexualidade precisam ser acompanhadas por um processo contínuo de formação e debate com os educadores, pois muitas vezes falta conhecimento dos professores sobre o tema (GESSER et al., 2012).

Outro desafio mencionado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no que se refere à prática do professor no trabalho de educação sexual é da necessidade de refletir sobre os valores democráticos e pluralistas, buscando, nas práticas, a equidade de gênero e a dignidade da pessoa humana, de modo a garantir o respeito à opinião de cada aluno, a participação de todos e a não discriminação das pessoas. Santos (2011) pontua que a educação escolar não pode limitar-se a mera transferência de conteúdo. É preciso rever seu papel perante a sociedade de modo a resgatar a sua verdadeira função social: a humanização do ser humano, para isso, é necessário o conhecimento e a prática dos valores humanos inerentes ao homem, de modo a ajudar cada ser na busca pelo conforto interior.

Notoriamente, um dos cenários privilegiados para realizar a educação sexual é a escola, considerado um espaço formativo e humanizador, além de existir como vantagem legal o incentivo governamental para que se proporcione nesse campo o esclarecimento formal sobre sexualidade, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Fundamental (BRASIL, 1997). A escola considerada um ambiente de difusão de conhecimentos e dado o seu amplo alcance populacional, passa a ser responsabilizada por educar sexualmente os estudantes (ALTMANN, 2007). Vista como “fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar toda sorte de preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade” (SECAD/MEC, 2007, p. 09).

A escola é um importante espaço na desconstrução de mitos e preconceitos, na promoção de valores democráticos de respeito ao outro e na transformação social, onde são formados cidadãos e cidadãs atuantes. É também o espaço para que sejam respeitadas suas especificidades (JESUS et al., 2008).

Maia (2012) relata que o trabalho de educação sexual formal é fundamental para romper conceitos cristalizados e construídos na sociedade, formando um ser humano consciente das relações sociais a que está submetido, principalmente no período da adolescência. Assim, a educação em um contexto de apropriação do conhecimento, engloba também a importante questão da sexualidade. É essencial que a escola debata sobre esse tema, já que é constituinte de todo ser humano e é construído durante toda a vida, manifestando-se de diferentes formas ao longo dela (MEIRA et al., 2006).

Assim, o trabalho de orientação sexual tem por finalidade ajudar os adolescentes a terem uma visão positiva da sexualidade, a desenvolverem uma comunicação clara nas relações interpessoais, além de ajudar na elaboração de seus próprios valores a partir de um pensamento crítico, a compreenderem o seu comportamento e o do próximo e a auxiliar na tomada de decisões com maior responsabilidade (GROFF, 2002).

Diante disso, objetivou-se investigar a percepção dos alunos sobre sexualidade, orientação sexual, DSTs, sexo seguro e gravidez na adolescência, e a partir do objetivo geral surgiram quatro objetivos específicos que foram: Identificar a presença de discussões sobre sexualidade na escola e entre familiares; além de investigar de que forma os assuntos relacionados à sexualidade são abordados com os adolescentes; como também identificar a visão dos estudantes sobre como gostariam que o tema fosse discutido na escola, analisando suas percepções sobre o tema; e também desenvolver a sensibilização nos alunos, por meio de

atividades educativas, para que os mesmos possam adquirir uma visão positiva e responsável da sexualidade, além de refletir sobre a importância do respeito à diversidade.

## **2 METODOLOGIA**

Para realização deste trabalho foi utilizada uma abordagem quali-quantitativa, onde os sujeitos da pesquisa foram 62 estudantes de duas turmas do 9º ano de uma escola pública de ensino fundamental no município de Chapadinha onde foram realizadas atividades educativas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência - PIBID, Biologia, UFMA/CCAA, com levantamento dos dados e realização das atividades entre os meses de setembro a dezembro de 2016.

A análise quantitativa favoreceu identificar as características dos fenômenos, além de possibilitar sua ordenação e classificação, e a qualitativa permitiu interpretar e compreender o conteúdo presente nas produções textuais dos estudantes. Neves (1996, p. 02) pontua que em uma pesquisa podemos utilizar as abordagens quali e quantitativa que não se contrapõem, o contrário, tende a favorecer melhor compreensão do objeto de estudo, e exemplifica: “uma pesquisa pode revelar a preocupação em diagnosticar um fenômeno (descrevê-lo e interpretá-lo)”; o autor poderia também estar preocupado em explicar esse fenômeno, a partir de seus determinantes, isto é, as relações denexo causal.

A pesquisa, por sua vez, é definida como sendo do tipo explicativa, que além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, seja através de testes matemáticos/experimentais, seja através da interpretação pelos métodos qualitativos (SEVERINO, 2007).

Inicialmente foram levantadas informações sobre a presença das discussões sobre o tema na escola e em casa, por meio de questionário com perguntas relacionadas a Doenças Sexualmente Transmissíveis, sexo seguro, gravidez na adolescência e orientação sexual. Também foram apresentadas figuras de três casais: um casal heterossexual (homem e mulher), um casal homossexual (homem e homem) e outro homossexual (mulher e mulher). E seus pontos de vistas sobre a diversidade de configurações afetivas e familiares foram analisadas por meio de suas produções textuais descritivas

Considerando os alunos como sujeitos sociais, posteriormente foram realizadas atividades prático-educativas socializadoras pelos bolsistas de Iniciação a Docência, através de discussões, vídeos, dinâmicas, palestras e jogos sobre a adolescência, trabalhando informações sobre essa fase do desenvolvimento humano, promovendo debates para

esclarecer possíveis dúvidas e questionamentos, possibilitando os alunos a refletirem sobre a realidade e reconstruí-la.

A porcentagem das respostas presentes no questionário inicial foi analisada no Microsoft Excel 2013. A partir da apresentação de configurações afetivas e familiares apresentadas em forma de figuras, os estudantes elaboraram produções textuais e suas percepções foram analisadas por meio da análise de conteúdo com uma pré análise e leitura flutuante, exploração do material, tratamento dos resultados e finalmente com inferências e interpretação, com categorias elaboradas a posteriori (BARDIN, 2011). Depois do tratamento, as produções textuais foram submetidas a uma análise utilizando software IRAMUTEQ (LOUBERE; RATINAUD, 2014) que possui suporte no software R ([www.r-project.org](http://www.r-project.org)). Este software propõe um conjunto de estatística que contribui para análise descritiva do *corpus* textual, incluindo a lematização e cálculo de frequência das palavras. Na análise de conteúdo as mensagens presentes nos textos são descritas e interpretadas para uma compreensão além da leitura comum.

A seguir serão apresentados os dados que emergiram dos questionários direcionados aos adolescentes com relação à vivência da sexualidade no ambiente escolar e familiar. Tais dados foram organizados nas seguintes categorias: “Abordagem sobre sexualidade no ambiente escolar e familiar”, “Doenças Sexualmente Transmissíveis e sexo seguro”, “Gravidez na adolescência” e “Orientação Sexual”.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O universo amostral foi representado por 62 estudantes, 33 do sexo masculino (53%) e 29 do sexo feminino (47%). A idade dos entrevistados variou de 14 a 18 anos, onde a maior parte (60%) possuía 14 anos durante a realização da pesquisa. Observa-se que mais da metade dos estudantes estão cursando a série com a idade que seria recomendada ou prevista. No entanto, também ocorre uma defasagem Idade-Série, onde alguns alunos estão cursando a série com idade superior a que seria recomendada ou prevista.

Portanto, o acesso tardio na escola e a repetência escolar são fatores que se reverberam na formação de turmas com estudantes cuja idade não condiz com a série ou ano escolar considerado adequado à sua faixa etária (SOARES, 2015).

Atualmente a Defasagem Idade-Série é apontada como um dos principais problemas da educação brasileira. As avaliações apontam que o estudante em atraso escolar



(frequentando série não correspondente a sua idade) tem desempenho inferior aos alunos que estão em séries previstas à idade (SARAIVA, 2010).

O sistema educacional brasileiro é seriado e cada série tem uma idade correspondente para o aluno fazer. Quando o aluno abandona ou reprova por dois anos ou mais, durante seu percurso escolar, regressando ou permanecendo no sistema educacional ele se encontrará em defasagem em relação à idade e a série que frequentará (QEDU, 2013).

As religiões de procedência cristã, Catolicismo e Protestantismo, predominaram, com 61% e 26%, respectivamente, 2% se declararam sem religião e 5% possuem outras crenças.

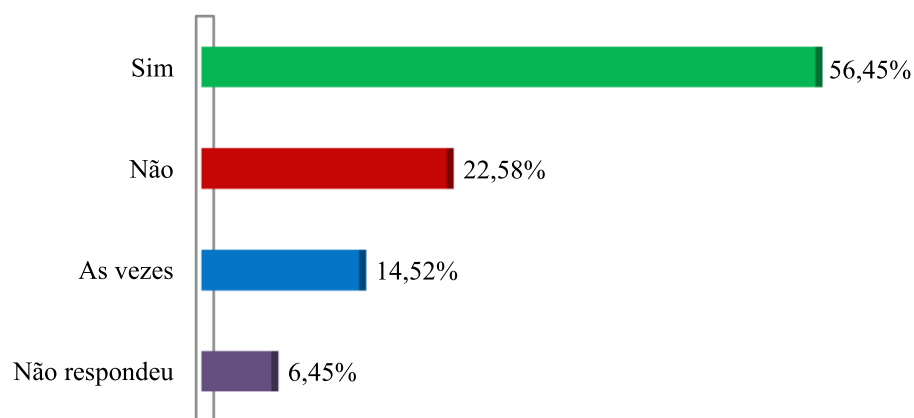
Atualmente a religião tem constituído um fator de importância significativa na vida do ser humano, pois tem exercido forte influência sobre o comportamento e principalmente, sobre a sexualidade humana. Sendo assim, a religião sempre exerceu um papel regulador da moral nas sociedades (DOUGLAS, 1991). Segundo a visão religiosa tradicional, as pessoas devem viver sua sexualidade de forma correta que é a heterossexualidade, ou de forma incorreta que é qualquer forma que não seja a heterossexual (ALVES, 2009). Assim, na esfera religiosa, a igreja tende a ditar o certo, o errado, o que convêm e o que não convêm na vivência da sexualidade, criando crenças, preconceitos e tabus, o que acaba por dificultar o diálogo aberto sobre o tema.

### **3.1 Abordagem sobre sexualidade no ambiente escolar e familiar**

Sobre a abordagem da sexualidade, 56,45% dos alunos afirmaram que o assunto é abordado na escola, onde apenas um aluno relatou que o tema é abordado pelo professor nas aulas de Ciências (Figura 1). Para Souza (1991), educar sexualmente seria um momento fundamental para proporcionar condições para que as pessoas assumam seu corpo e sua sexualidade com uma visão positiva e plena, passando a ter um olhar de maneira saudável, sem medo, preconceitos, culpas, vergonha, bloqueios ou tabus. O educador deve fazer com que o educando possa perceber que a sexualidade faz parte de nós como um todo, não podendo ser segregada (MAMPRIN, 2009).

Para Boruchovitch (2000), duas habilidades são essenciais ao se falar em orientação sexual: o desenvolvimento de exercício de habilidade social e ampliação do repertório verbal, com a adoção de comportamentos assertivos pelos adolescentes. Essas habilidades podem ser treinadas por distintos profissionais, como: professor, psicólogo ou coordenador pedagógico, não deixando a responsabilidade exclusivamente para o professor que leciona o componente curricular Ciências/Biologia.

**Figura 1:** Porcentagem das respostas dos discentes sobre discussão de sexualidade na escola



Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se que os alunos demonstram interesse pelo tema, pois 79% afirmaram que gostariam que a escola abordasse maiores informações sobre temáticas relacionadas a sexualidade.

De acordo com o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais os temas relacionados a sexualidade devem ser discutidos de modo transversal no contexto escolar, e o que se nota comumente é que nem todos os professores se sentem capazes de abordar tais temas. Percebemos também a dificuldade dos estudantes em lidar com a temática, considerada ainda embaraçosa e discutir sobre o tema é um desafio (MEISTER, 2010).

Sobre a forma que gostariam que a escola abordasse a sexualidade, 51,61% não responderam, 27,42% indicaram “palestras”, 11,29% indicaram “conversas”, 8,06% indicaram “palestras com especialistas” e 1,61% dos estudantes relataram que não gostariam que esse tema fosse abordado (Tabela 1).

O fato dos alunos optarem por não responder pode indicar o desconhecimento sobre o assunto ou até mesmo o desinteresse. Eles realmente desconhecem seu corpo, sua sexualidade e o que envolve esses temas. Diante disso, nem conseguem explicitar suas dúvidas e curiosidades. Em uma pesquisa feita por Freitas e Dias (2010) que objetivou conhecer as percepções de adolescentes sobre sua sexualidade constatou-se dificuldade dos sujeitos em identificar suas percepções e sentimentos sobre sexualidade, não possuindo conceitos formados sobre os temas debatidos. Olhar sobre a própria sexualidade é delicado e difícil, não é nada fácil lidar com tabus, medos e vergonha, expô-los requer muito trabalho (MAISTRO et al., 2009).

De acordo com Meister (2010) existem professores/as que ainda sentem certo desconforto em falar de assuntos relacionados ao corpo e a sexualidade e acreditam que tais assuntos devem ser abordados por especialistas no assunto, que possuem mais conhecimentos sobre o corpo, como o médico, psicólogo, enfermeiro e o professor de Ciências/Biologia.

Brancaleoni e Oliveira (2016) salientam a importância de se priorizar procedimentos de trabalho que favoreçam não somente o diálogo, mas também a livre expressão, a reflexão e a construção, na medida em que a mera transmissão de informações não sustenta a promoção de uma educação sexual promotora do respeito à diversidade sexual e de gênero.

Segundo Cano e Ferriani (2000) para que se possa contribuir com o crescimento e o desenvolvimento sexual saudável é necessário conhecer melhor o que os adolescentes pensam, sua realidade, mitos e tabus a respeito sobre sua sexualidade.

Sobre os assuntos que gostariam de ter mais informações foram citados “DSTs” (9), “prevenção” (7), “saber todos os temas” (5) e 35 alunos não responderam (Tabela 2). Esses resultados revelam a necessidade da ampliação de práticas preventivas na escola, uma vez que os adolescentes correspondem ao grupo populacional prioritário para essas ações. Nota-se um certo desconforto dos adolescentes em expor suas dúvidas, o que acaba demonstrando que o tema sexualidade é um desafio não só para os professores, mas também para os educandos. É importante que os alunos se sintam à vontade para expressarem suas dúvidas e que tenham confiança para debater tais assuntos.

**Tabela 1.** Frequência e porcentagem das respostas dos discentes sobre os assuntos que gostariam de obter mais informações sobre educação sexual.

<b>Gostaria de ter mais informações</b>	<b>Total de citações</b>	<b>Porcentagem</b>
Não respondeu	35	56,45%
DSTs	9	14,51%
Prevenção	7	11,29%
Todos os temas	5	8,06%
Orientação Sexual	3	4,84%
Gravidez	1	1,61%
Diversidade de gênero	1	1,61%
Não sei	1	1,61%
<b>Total Geral</b>	<b>62</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

A falta de informações sobre questões referentes à sexualidade pode ocasionar experiências sexuais antecipadas e o favorecimento de Doenças Sexualmente Transmissíveis.

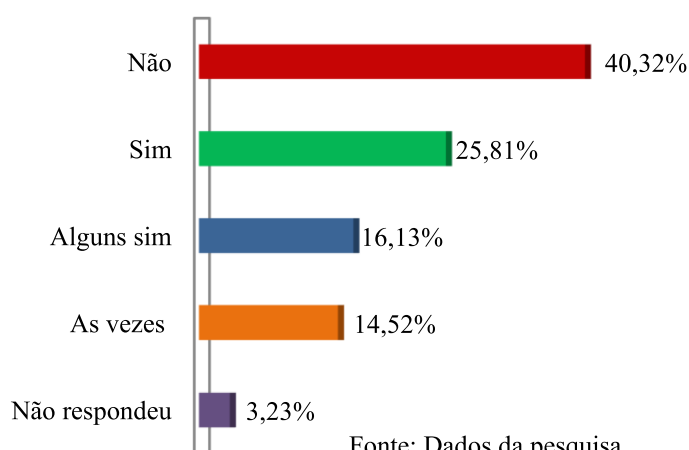
Atualmente a vida sexual tem início em idade cada vez mais precoce, no entanto, os adolescentes não têm subsídios consistentes para o desenvolvimento e a saúde sexual (PADILHA et al., 2015).

A partir da puberdade, os alunos também já trazem questões mais polêmicas sobre sexualidade e já apresentam necessidades e melhores condições para refletir sobre temáticas como aborto, virgindade, homossexualidade, pornografia, prostituição, etc, e segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Fundamental (BRASIL, 1998), são contribuições importantes para a superação de tabus e preconceitos ainda enraizados no contexto sociocultural brasileiro.

Para Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013), o maior desafio ao lidar com educação sexual é colaborar para que os adolescentes exponham seus anseios e dúvidas, ultrapassem preconceitos e estereótipos e desenvolvam posicionamentos saudáveis relacionados à sexualidade.

Sobre a abordagem na escola, 40,32% dos alunos afirmaram que os professores não abordam a temática, 25,81% responderam que sim, em sua maioria por meio de “conversas” (Figura 2). Segundo pesquisa realizada por Mamprin (2009), muitas vezes, quando o professor tem a oportunidade para abordar o tema, o enfoque se dá principalmente a anatomia e fisiologia do sistema reprodutor feminino e masculino, prevenção das DSTs/HIV/AIDS e métodos contraceptivos. Por outro lado, Oliveira (2011) relata em pesquisa que restringir a noção de que o aparelho sexual é apenas reprodutivo, leva o indivíduo a ponderar que os tipos de relações normais são exclusivamente as heterossexuais e que o corpo é destituído de sensações de prazer.

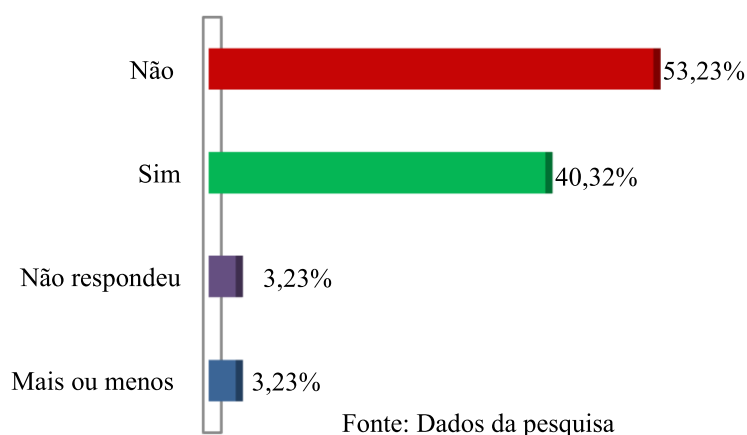
**Figura 2:** Porcentagem das respostas dos discentes sobre discussão com professores sobre sexualidade na escola



Fonte: Dados da pesquisa

A maioria (53,23%) dos alunos relatou que não conversam com os pais e/ou responsáveis sobre sexualidade (Figura 3). A visão de mundo dos indivíduos sofre influência de fatores socioculturais e familiares e com as transformações rápidas que vem ocorrendo na sociedade, aparentemente os pais sentem-se despreparados para atender as demandas dos filhos.

**Figura 3:** Porcentagem das respostas dos discentes sobre discussão de sexualidade no convívio familiar



Jardim e Brêtas (2006) em sua pesquisa afirmam que, independentemente da participação familiar no processo educativo, a sexualidade está constantemente sendo debatida na sociedade e cada vez mais presente nos meios de comunicação, como a televisão, o rádio e a internet, o que acaba influenciando o comportamento do adolescente com um bombardeio de informações em sua maioria, distorcida sobre a sexualidade. Autores como Figueiró (2006), Maia (2004) e Ribeiro (1990) relatam sobre a importância da participação dos pais nos projetos e/ou discussões de educação sexual, pois eles devem debater em casa as discussões promovidas na escola.

Para Beraldo (2009, p. 1):

A maioria dos pais acha constrangedor conversar sobre sexo com seus filhos, ora pela educação recebida de seus pais, ora pela repressão ou por não saberem como abordar o tema. Assim, os filhos na maioria das vezes, ficam sem respostas para suas dúvidas, gerando conflitos ou acidentes inesperados por terem informações errôneas ao consultar variadas fontes impróprias.

O diálogo da família com os filhos, durante o período da adolescência, embora muitas vezes difícil e conflituoso, deve ser sempre instigado, pois esta fase é marcada por dúvidas e os filhos precisam receber informações, pois se os pais não fornecem eles acabam adquirindo-

as entre os amigos ou na rua e muitas vezes informações errôneas ou equivocadas (ALMEIDA; CENTA, 2009). O diálogo sobre sexualidade entre pais e filhos, tem por finalidade, apoiá-los no sentido da promoção de uma vivência da sexualidade saudável, segura e livre de medos (RESSEL et al., 2011).

Borges, Latorre e Schor (2007) realizaram um estudo com 383 adolescentes, que teve como objetivo analisar os aspectos individuais e familiares relacionados ao início da vida sexual e constataram que há um baixo percentual de adolescentes que afirmam ter oportunidade para conversar com os pais sobre assuntos relativos à sexualidade e que existe maior abertura com a mãe do que com o pai. Alguns pais ainda possuem o pensamento embasado na crença de que conversar sobre sexualidade pode induzir o adolescente a iniciar precocemente a vida sexual, e por isso procuram silenciar sobre o assunto (FONSECA et al. 2010).

Diversas pesquisas apontam para o fato de que poucos adolescentes garantem ter oportunidade para conversar assuntos referentes à sexualidade com os pais (DUQUE-ARRAZOLA, 2004; BRANDÃO, 2004; BORGES; LATORRE; SHOR, 2007; BORGES; NICHATA; SHOR, 2008). Portanto, ainda existe um longo caminho a ser trilhado no que se refere à busca por relacionamentos mais íntimos e positivos entre pais e filhos, permeados pela troca e confiança mútua, onde pais e filhos sintam-se confortáveis para conversar abertamente sobre o tema (BORGES; NICHATA; SHOR, 2008).

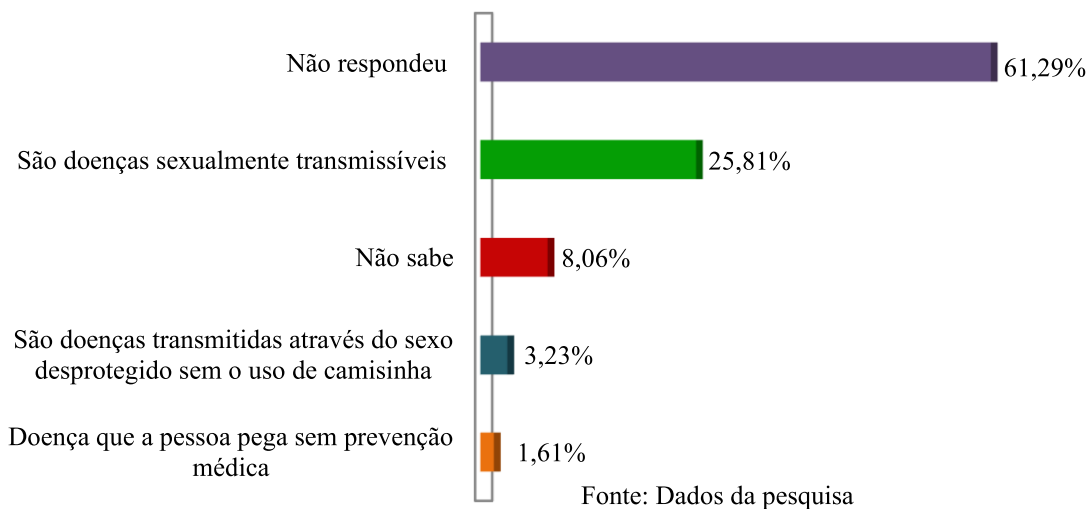
Segundo Barbosa et al. (2008) aqueles pais que raramente dialogam com seus filhos sobre sexualidade alegam não fazê-lo por vergonha, insegurança e falta de motivação. Na pesquisa de Savegnago e Arpini (2013) as adolescentes relataram que tanto elas quanto os pais sentem vergonha de falar sobre questões referentes à sexualidade. Assim “a comunicação sobre sexualidade entre pais e filhos é marcada, enfim, por uma ambiguidade em que ambas as partes reconhecem o problema, mas evitam enfrentá-lo” (DIAS; GOMES, 1999, p. 82).

### **3.2 Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e Sexo seguro**

Uma das grandes preocupações na área da saúde pública são as Doenças Sexualmente Transmissíveis, visto as consequências que essas doenças podem ocasionar na vida de uma pessoa. Além disso, a prevalência na população adolescente pode cogitar duas circunstâncias a serem verificadas: desconhecimento dos meios de prevenção e formas de contágio ou simplesmente adoção de comportamentos de risco, mesmo diante das informações (LIMA et al., 2010).

Nesta pesquisa foi possível observar que a maioria dos adolescentes não apresenta conhecimento suficiente sobre DSTs, estando mais expostos aos riscos dessas doenças, além disso, 61,29% dos alunos não responderam e 8,06% afirmaram não saber o que são DSTs (Figura 4).

**Figura 4:** Porcentagem das respostas dos discentes sobre DST



Em pesquisas realizadas por Camilo et al. (2009) e Ferreira et al. (2016) foi constatado falta de conhecimento por parte dos adolescentes sobre DSTs e sua prevenção.

Os resultados obtidos nesta pesquisa ressaltam a insuficiência de conhecimento dos alunos, visto que Doenças Sexualmente Transmissíveis é um assunto que faz parte do livro didático de Ciências. Por outro lado, foram encontrados dados superiores em uma pesquisa realizada em Canoas – Rio Grande do Sul, com 221 adolescentes de 7ª e 8ª séries, com idade entre 12 a 19 anos, onde foi observado um ótimo conhecimento de DSTs, 93,7% dos adolescentes mostraram conhecimentos sobre essas doenças (GERHARDT, NADER E PEREIRA, 2008).

Posteriormente foi perguntado aos adolescentes sobre seus conhecimentos sobre AIDS (Tabela 3). Os resultados demonstraram que poucos alunos realmente sabem o que é a AIDS, apenas 16,13% dos alunos responderam da maneira correta, onde tivemos respostas com pouco ou nenhum conhecimento, tais como “é uma doença”, “uma doença muito grave e um homem ou uma mulher pode passar um para o outro”, “doença que dá em homens e mulheres”, “é uma doença que não tem cura, mas tem como controlar e evitar”, “é uma doença sem cura”. Não fazendo associação com o ato sexual.

**Tabela 2:** Frequência e porcentagem das respostas dos discentes sobre AIDS.

<b>O que você sabe sobre AIDS?</b>	<b>Total de citações</b>	<b>Porcentagem</b>
Não respondeu	32	51,61%
É uma doença transmitida sexualmente	6	9,68%
Não sabe	5	8,06%
É uma doença que é transmitida no sexo, quem tem pode passar para quem não tem	4	6,45%
É um vírus super fatal transmitido através do sexo	2	3,23%
É uma doença grave transmitida através do sexo e mata	2	3,23%
É uma doença que não tem cura, mas tem como controlar e evitar	2	3,23%
É uma doença sem cura	2	3,23%
Uma doença transmissível	2	3,23%
Doença que dá em homens e mulheres	1	1,61%
É uma doença	2	3,23%
Ela é transmitida na hora do sexo e a melhor maneira de se <i>prevenir</i> é usando o preservativo	1	1,61%
Uma doença muito grave e um homem ou uma mulher pode passar um para o outro	1	1,61%
<b>Total geral</b>	<b>62</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Tais resultados sugerem que informações sobre AIDS são inexistentes na vida desses adolescentes, seja por meio de discussões no ambiente escolar e familiar como também falta de informações por TV ou internet. Para Camilo et al. (2009) há necessidade de estratégias eficazes de promoção da saúde em DSTs entre adolescentes, que desvelem e desmistifiquem o tema e proporcionem capacidade de melhor cuidado da saúde sexual.

Define-se como sexo seguro um conjunto de práticas que tem como função reduzir o risco de infecção por DST/HIV/AIDS durante a relação sexual (GUIMARÃES et al., 2013). A análise dos resultados demonstra que apenas 20,97% dos sujeitos entendem que sexo seguro é a prática sexual com uso de preservativo, enquanto que 51,61% dos alunos não souberam responder (Tabela 4).



**Tabela 3:** Frequência e porcentagem das respostas dos discentes sobre o conceito de sexo seguro.

O que você entende por sexo seguro?	Total de citações	Porcentagem
Não respondeu	32	51,61%
Sexo com camisinha	13	20,97%
Não sabe	3	4,84%
Entendo que devemos nos prevenir	3	4,84%
Devemos nos <i>prevenir</i> de gravidez e doenças	2	3,23%
Sexo com segurança	2	3,23%
Que se deve <i>prevenir</i> , usando camisinha ou outros remédios como anticoncepcionais	2	3,23%
É quando os companheiros se previnem das doenças usando preservativos	1	1,61%
Usar camisinha e levar as coisas a sério	1	1,61%
A pessoa se <i>prevenir</i> contra doenças sexualmente transmissíveis	1	1,61%
Que devemos nos prevenir com a ajuda de anticoncepcionais	1	1,61%
Quando homem e mulher se previnem	1	1,61%
<b>Total Geral</b>	<b>62</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Em pesquisa realizada por Guimarães et al. (2013), a análise dos resultados demonstrou que a maioria (59%) dos sujeitos entendem que sexo seguro é a prática sexual com uso de preservativo. No entanto, a pesquisadora aponta que sexo seguro não se restringe apenas a usar preservativo durante as relações sexuais. Devem-se adotar comportamentos seguros: evitar o uso de bebidas alcoólicas, drogas ilícitas, promiscuidade, ter múltiplos (as) parceiros (as), dialogar com companheiro (a) acerca da relação em que estão inseridos, fazendo autorreflexão dos comportamentos que possam expô-los a risco de contaminação por DSTs e promover a negociação do preservativo durante a relação sexual.

Atenta-se para o fato de que em algumas respostas houveram citações de alguns métodos contraceptivos, dentre eles estão a camisinha e os anticoncepcionais, revelando uma maior preocupação com a gravidez. Na maioria das citações sobre o que seria evitado estão as Doenças Sexualmente Transmissíveis (3 citações) seguido de gravidez (1 citação).

Dados semelhantes foram encontrados na pesquisa de Jardim e Santos (2012) onde a maioria dos adolescentes relacionou mais o uso da camisinha à prevenção das DSTs do que à prevenção da gravidez, tal fato pode estar relacionado com a redução do uso do preservativo em relacionamentos mais estáveis.

De acordo com Brasil (2006) todos os indivíduos que já possuem uma vida sexual ativa estão susceptíveis às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), desde que não sejam adeptos a prática de sexo seguro.

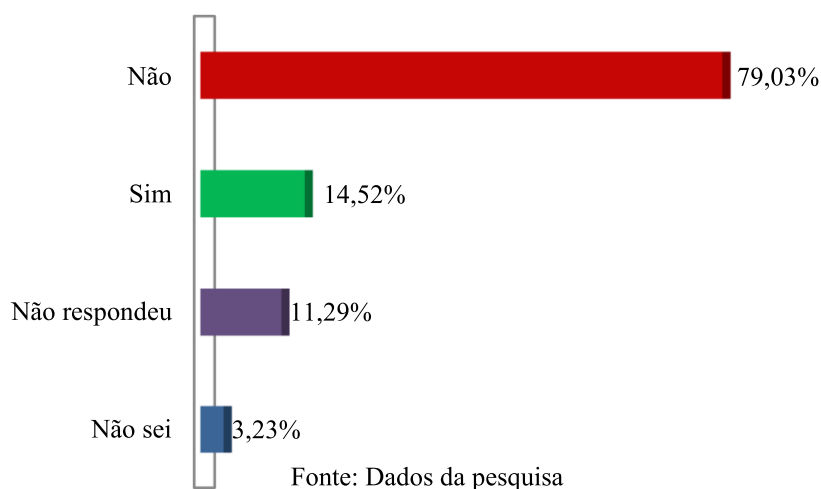
A maioria (77,42%) dos alunos afirmou não ser seguro ter relação sexual sem prevenção, 20,97% dos alunos não responderam e apenas 1,61% respondeu que sim, é seguro.

O conhecimento e a reflexão dos adolescentes em relação às consequências de relações sexuais desprotegidas são fundamentais para que os mesmos possam vivenciar o sexo de maneira apropriada e saudável, garantindo não somente a prevenção da gravidez indesejada, mas também o contágio pelas DSTs (VIEIRA et al., 2006).

Em uma pesquisa realizada por Ferreira et al. (2016) com 360 meninas de ensino Médio, estudantes da rede estadual de Vespasiano – MG, foram questionadas sobre a importância do uso da camisinha em qualquer tipo de relação sexual, foi verificado que pouco menos da metade (47,77%) considera a camisinha indispensável em relações sexuais anais e orais, enquanto 29,16% não reconhecem esta importância e parcela semelhante (23,05%) não sabe se posicionar diante deste questionamento.

A maioria dos estudantes (79,03%) afirmaram desconhecer qualquer método contraceptivo, apenas 14,52% dos alunos afirmaram conhecer (Figura 5), e citaram camisinha (7), injeção (2), pílula (1) e aborto (1). Em pesquisas realizadas por Guimarães et al. (2003) e Patias; Dias (2014) foi verificado que a camisinha e a pílula foram os métodos mais conhecidos. Talvez a ampla divulgação e/ou distribuição frequente nas campanhas realizadas pelo Ministério da Saúde, nos últimos anos, possam explicar essa popularidade da camisinha entre o público jovem (LIMA et al., 2010).

Dentre as vantagens no uso do preservativo, vale ressaltar que é o único método que oferece dupla proteção, ou seja, é comprovadamente eficaz contra a gravidez e contra as DST/AIDS, quando usado de maneira correta e constante durante as relações sexuais (SILVA et al., 2004).

**Figura 5:** Porcentagem das respostas dos discentes sobre métodos contraceptivos

Quando questionados sobre o uso de métodos contraceptivos nas relações sexuais, os resultados demonstraram que a maioria dos discentes (79,03%) não iniciou a vida sexual e 8,06% afirmaram sim. Dados que corroboram com pesquisas semelhantes realizadas em ambiente escolar (MARTINS et al., 2006; MIRANDA et al., 2016; JARDIM; SANTOS, 2012; PORTELA; ARAÚJO, 2012).

A idade média encontrada para o início da vida sexual foi de 16,6 anos (Uma menina de 17 anos e 4 meninos com idade de 17, 18, 14 e 17). Assim, do ponto de vista da promoção da saúde, não influi quem está fazendo sexo, com quem ou em que idade; o importante é reconhecer que quase todo mundo vai fazer sexo algum dia e assegurar que quando acontecer, deverá ser vontade própria e com os recursos, conhecimento e habilidade de negociar sexo seguro com os/as parceiros/as (GODOI; BRÊTAS, 2015).

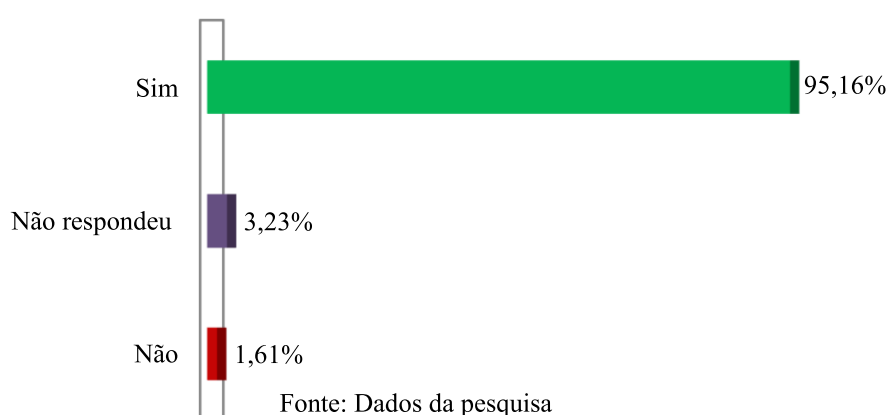
### 3.3 Gravidez na Adolescência

A gravidez na adolescência é considerada um sério problema de saúde pública e com isto exige uma maior atenção para programas de orientação, preparação e acompanhamento durante a gravidez e o parto, por ser um problema que proporciona riscos não só ao desenvolvimento da criança, mas também riscos para a própria gestante, sendo então na maioria das vezes, não planejada/desejada (ARAÚJO et al., 2015).

Observa-se atualmente que a gravidez na adolescência constitui um dos motivos de evasão escolar por parte das adolescentes que engravidam sem um planejamento. Santos

(2011) relata que entre as inúmeras consequências que a gravidez na adolescência provoca, o processo educacional é o mais afetado, pois assim que a adolescente engravida, afasta-se da escola, isso acaba gerando problemas no futuro, principalmente, porque sem estudo a futura mãe não terá uma vida profissional estável. A maioria dos alunos (95,16%) afirmou que uma gravidez na adolescência prejudica os estudos (Figura 6). A maior consequência apontada foi o abandono escolar, pois segundo os adolescentes, a adolescente grávida terá que dedicar sua vida a cuidar do bebê e isso faria com que ela não tivesse tempo para estudar.

**Figura 6:** Porcentagem das respostas dos discentes sobre se gravidez na adolescência pode prejudicar os estudos



Em uma pesquisa realizada com 20 adolescentes que deram à luz entre junho de 2009 a junho de 2010 na cidade de Curitiba, 13 pararam de estudar durante a gravidez e somente 4 meninas voltaram a estudar logo após o nascimento da criança. E a preocupação dessas jovens mães era justamente a educação (TABORDA et al., 2014).

Lima et al. (2010) em pesquisa relata que atualmente mais informações estão disponíveis sobre sexualidade e métodos anticoncepcionais, mas apesar disso as adolescentes continuam engravidando, levando ao abandono dos estudos, a prejuízos profissionais futuros e a conflitos familiares.

Vale ressaltar que apesar da gravidez na adolescência ser considerada um dos motivos da evasão escolar, alguns estudos, como o realizado por Pantoja (2003), constataram o contrário: a maternidade adolescente incentivou a permanência das jovens na escola, uma vez que a educação esteve associada, na concepção destas jovens, à noção de mobilidade social e ao projeto de “ser alguém na vida”. Assim, permanecer na escola foi encarado como uma chance de proporcionar uma vida melhor ao filho.

Menezes et al. (2012) aponta que é primordial o apoio de todos para que jovens mães e/ou grávidas não abandonem seus estudos, pois o abandono e fracasso escolar restringem, as possibilidades de construção de independência financeira das jovens.

Sobre este aspecto, é interessante destacar que os alunos ressaltam, na sua maioria, que a causa principal da gravidez é a irresponsabilidade dos próprios adolescentes (Tabela 4).

**Tabela 4:** Frequência e porcentagem das respostas dos discentes sobre as causas da gravidez na adolescência.

<b>Causas da gravidez na adolescência</b>	<b>Total de citações</b>	<b>Porcentagem</b>
Não respondeu	19	30,65%
Porque as adolescentes não se previnem	7	11,29%
Porque a maioria é para segurar o seu parceiro	5	8,06%
Não sei	4	6,45%
Porque elas não querem ouvir conselho de ninguém nem dos pais	3	4,84%
Por falta da conscientização dos jovens	2	3,23%
Porque eles não gostam de usar camisinha e recusam usar	2	3,23%
Porque muito das vezes ninguém pensa em prevenção só no prazer do momento	2	3,23%
Não sei, só sei que é errado nessa idade	1	1,61%
Por causa das más influências	1	1,61%
Por conta dos estupros	1	1,61%
Porque o adolescente mesmo sabendo, é curioso e acaba cometendo erros	1	1,61%
Porque os jovens são muito avançados	1	1,61%
Acho que eles querem experimentar algo novo, é mais pela curiosidade	1	1,61%
Porque elas não se cuidam	1	1,61%
Porque a gente nunca pensa que vai acontecer com a gente	1	1,61%
Ansiedade	1	1,61%
Porque há falta de atenção	1	1,61%
Porque há pressão do seu parceiro ou a mal orientação em casa	1	1,61%
Porque a menina não procura meios de usar preservativos e as vezes também é falta de conhecimento	1	1,61%
Porque não tomam cuidado e não se previnem	1	1,61%
Porque as adolescentes não pensam e acham que o amor é para sempre	1	1,61%
Porque os pais não tão nem ai com suas filhas	1	1,61%
Falta de experiência	1	1,61%
Porque são irresponsáveis	1	1,61%
Porque elas não esperam ficar de maior idade	1	1,61%

<b>Total Geral</b>	<b>62</b>	<b>100%</b>
--------------------	-----------	-------------

Fonte: Dados da pesquisa

Dados semelhantes foram encontrados em pesquisa realizada por Santos (2011) com alunos de 9º ano de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental II em Paraíba, onde 86% dos alunos mencionam que as causas da gravidez na adolescência é a irresponsabilidade do adolescente.

Vale destacar que em 19 citações foi possível observar que os adolescentes apontam que a responsável pela prevenção deve ser a menina. Segundo Junqueira (2017) uma grande parte dos jovens possui um pensamento machista que somente as meninas têm a responsabilidade de prevenir a gravidez indesejada, seja tomando pílulas ou usando qualquer outro tipo de contracepção. Devido a essa responsabilidade exagerada e o medo de engravidar muitos problemas psicológicos são gerados, como crises de ansiedade, inferioridade e autovitimização, ao achar que aquilo que ocorre é de sua responsabilidade.

Em uma pesquisa realizada por Gerhardt, Nader e Pereira (2008) com 221 alunos de uma escola pública de 7ª e 8ª séries, com idade entre 12 a 19 anos, no município de Canoas, Rio Grande do Sul, constatou-se que as meninas demonstraram uma maior preocupação em relação à relação sexual desprotegida e ao uso do preservativo para evitar gravidez. Culturalmente a anticoncepção da gravidez é uma atribuição exclusiva da mulher com relação à vida reprodutiva. Nesse sentido, estudos sugerem que as garotas previnem-se mais que os rapazes (MENDONÇA; ARAÚJO, 2010).

Segundo relatos de adolescentes na pesquisa de Santos e Nogueira (2009) percebe-se que, culturalmente, a responsabilidade pela contracepção incide inteiramente sobre as mulheres desde o surgimento do anticoncepcional oral.

Há também quem atribuem ao fato da adolescente usar a gravidez para “segurar” o parceiro, desconhecimento dos métodos contraceptivos, falta de diálogo com os pais, não uso por pressão do parceiro.

Segundo Leite (2011) existem uma multiplicidade de fatores que levam a gestação na adolescência, como: o desconhecimento dos métodos contraceptivos, a dificuldade das garotas em negociar o uso do preservativo, ingenuidade e “pensamento mágico” que leva a adolescente acreditar que não engravidará, vontade de formar uma relação mais estável com o parceiro, sonho de ser mãe com expectativas de mudanças de “status social”. Os dados corroboram a pesquisa de Belo et al. (2004) que observaram os motivos pelos quais as

adolescentes engravidam: falta de conhecimento sobre métodos contraceptivos, objeção ao uso de preservativos pelo parceiro e pensar que não engravidam.

### 3.4 Orientação Sexual

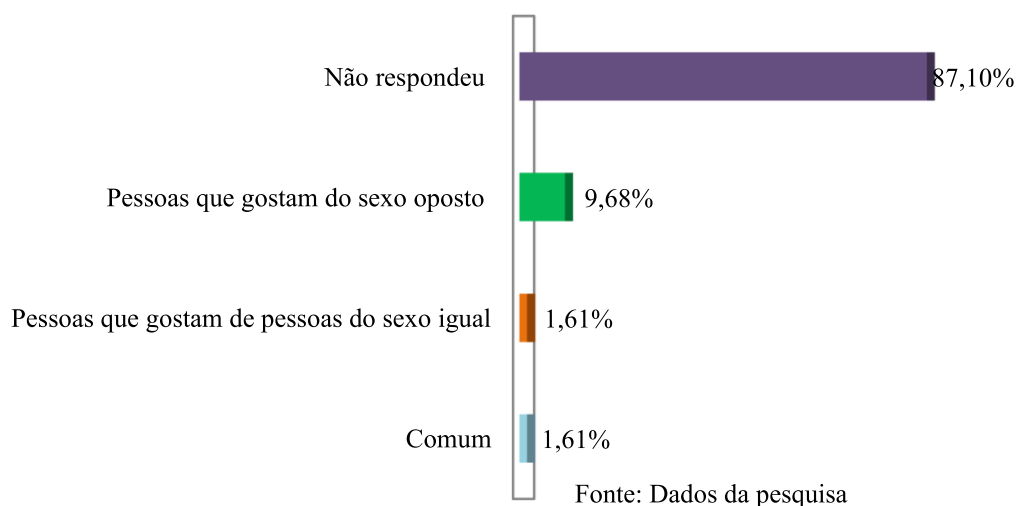
O termo orientação sexual pode ser atribuída a atração, o desejo sexual e afetivo que uma pessoa sente por outras. Orientação não no sentido de uma orientação recebida – da escola, da família, da comunidade - mas no sentido de direção para onde aponta o desejo e o afeto. Diante disso, foram criadas categorias para tentar classificar a enorme diversidade de desejos e de orientações (BORTOLINI et al., 2014).

O tema transversal “Orientação Sexual” foi inserido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para serem trabalhados ao longo de todos os ciclos de escolarização (BRASIL, 1998). Este tema não tem apenas um caráter informativo, como sugerem os PCNs, mas sobretudo um efeito de intervenção no interior do espaço escolar.

As respostas dos alunos ao questionário revelaram que a maioria não conhece e não conceitua os termos heterossexualidade, homossexualidade bissexualidade (Figura 7, 8 e 9). Constatou-se pouco conhecimento dos alunos referentes a termos relacionados à orientação sexual. Sobre heterossexualidade, a maioria (87,10%) não respondeu e apenas 9,68% dos alunos responderam da maneira correta (Figura 7).

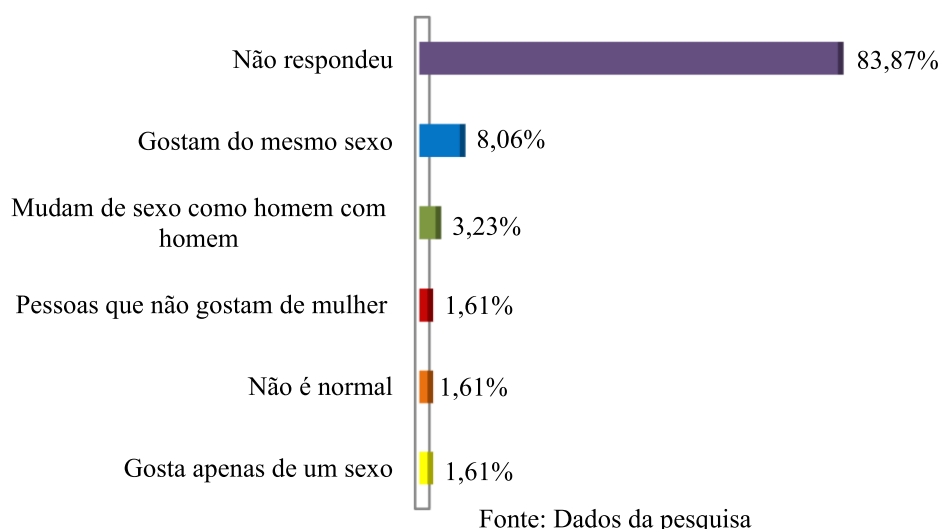
Durante muito tempo, os estudos sobre gênero enxergaram a heterossexualidade como algo fundamental, determinado biologicamente (SWAIN, 2001).

**Figura 7:** Porcentagem das respostas dos discentes sobre o termo Heterossexualidade



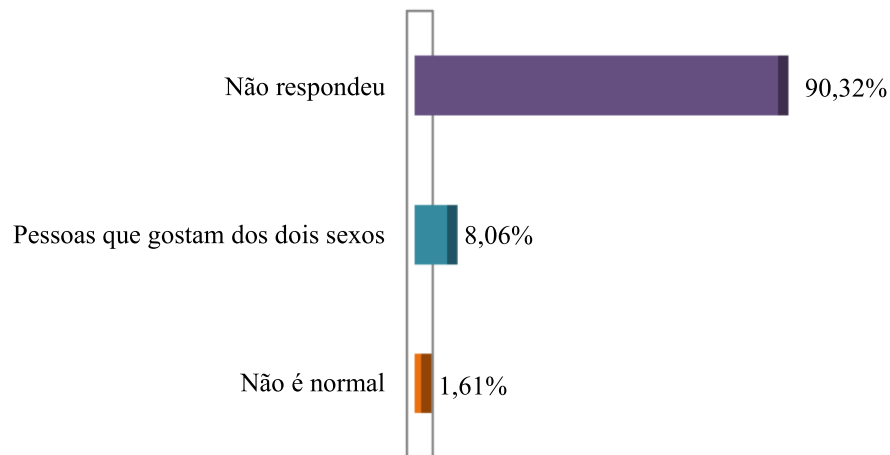
Sobre homossexualidade, 4,84% dos alunos relacionaram somente aos homens “*são pessoas que não gostam de mulher*”, “*pessoas que mudam de sexo como homem com homem*”, não considerando um casal de lésbicas como homossexuais. Também foi possível verificar que apenas 1,61% dos alunos demonstrou preconceito ao termo homossexualidade, não conceituando-o, apenas relatando que “*não é normal*” (Figura 8). A tenacidade da homossexualidade no campo da discriminação tem múltiplas causas, uma dessas causas relaciona-se à forma pela qual a homossexualidade tem sido idealizada na história da humanidade, qual seja como uma “anormalidade” (FOUCAULT, 1988).

**Figura 8:** Porcentagem das respostas dos discentes sobre o termo Homossexualidade



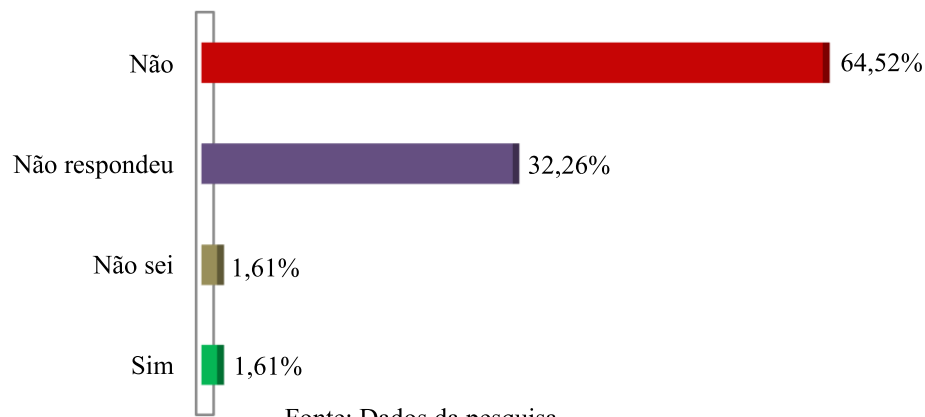
Sobre bissexualidade, 90,32% dos alunos não responderam, demonstrando assim pouco conhecimento, mas uma vez 1,61% dos adolescentes não deram uma definição à palavra apenas relatou “*não é normal*” (Figura 9). Conforme aponta Bento (2011, p. 551), vive-se em um sistema heteroterrorista, em que aquilo que é inscrito e determinado em um campo discursivo, é tomado como o natural e “original”.



**Figura 9:** Porcentagem das respostas dos discentes sobre o termo Bissexualidade

Fonte: Dados da pesquisa

Apenas 1,61% dos alunos se declararam como preconceituosos, pois não considera normal ver um casal homossexual (Figura 10). A maioria (64,52%) dos alunos afirmaram não serem preconceituosos, justificando *“devemos aceitar as diferenças”*, *“somos todos iguais”*, *“todos merecemos ser tratados com respeito e o preconceito não leva a lugar nenhum”*.

**Figura 10:** Porcentagem das respostas dos discentes sobre ser preconceituoso

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação a homofobia, apenas 19,35% dos alunos conseguiram conceituar o termo de forma coerente (Tabela 5), onde 3,23% dos alunos consideram homofobia uma aversão irreprimível.

**Tabela 5:** Frequência e porcentagem das respostas dos discentes sobre Homofobia.

<b>Você sabe o que é Homofobia?</b>	<b>Total</b>	<b>Porcentagem</b>
Não respondeu	25	40,32
Não	21	33,87
Sim, preconceito a gays e lésbicas	12	19,35
Acho que quando uma pessoa é forçada a fazer o que ela não quer	1	1,61
Não, mas já ouvi essa palavra	1	1,61
Sim, homofobia é quando a pessoa não aceita o fato de um homem querer ser mulher ou vice versa	1	1,61
Sim, homofobia é quando um homem quer ser do sexo oposto e os homens discriminam	1	1,61
<b>Total geral</b>	<b>62</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Há, ainda, pouco entendimento sobre a homofobia. Para Xavier e Santiago (2010) “este termo é usado em referência a um conjunto de emoções negativas produzidas contra pessoas homossexuais, bissexuais e transgêneros (GLBTT’s) e, mais genericamente, contra pessoas cuja expressão de gênero não se enquadra nos modelos de masculinidade e feminilidade”.

Borrillo (2011) considera homofobia como uma atitude hostil em relação aos homens e mulheres homossexuais, considerando-os inferiores, anormais. O relatório da UNESCO considera como tratamento preconceituoso e discriminatórios sofridos, ferindo a dignidade e gerando sofrimento e revolta. O comportamento homofóbico varia de violência física, assassinatos ou mesmo a violência simbólica (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

#### **Análise de conteúdo realizada no IRAMUTEQ (LOUBERE; RATINAUD, 2014) das produções textuais dos estudantes sobre a diversidade de configurações afetivas e familiares - Nuvem de Palavras**

A nuvem de palavras produzida pelo software IRAMUTEQ (LOUBERE; RATINAUD, 2014) agrupou as palavras presentes no *corpus* textual e as organizou com base na sua frequência (Figura 11).

As palavras mais frequentes nas produções textuais dos alunos aparecem em tamanhos maiores, portanto, enfatizaram os lemas “casal”, “normal”, “mulher” e “homem”, revelando suas relevâncias nas percepções dos alunos sobre as configurações familiares, pois, segundo os alunos, um casal normal seria entre homem e mulher.



**Quadro 1:** Segmentos de textos presentes nas produções textuais descritivas dos discentes abordando seus pontos de vistas sobre a diversidade de configurações afetivas e familiares

Indivíduo	Sexo	Texto
9	F	<i>“No meu ponto de vista, acho diferente, mas não anormal, ainda mais porque não faz nenhum sentido duas pessoas do mesmo sexo ter algum tipo de relacionamento. Existe situações que o casal decide adotar uma criança para terem como filho, imagino até a criança se perguntar: - Quem é meu pai. Ou – Quem é minha mãe. Apesar de a homossexualidade ser respeitada na sociedade, eu não vejo isso como algo correto, mas é preciso respeitar.”</i>
10	M	<i>“Nesta figura vejo a homossexualidade e o jeito certo de criar uma família, vejo também vários tipos de Família, homem_homem, mulher_mulher, mas para mim o tipo certo de construir uma família é o homem e a mulher.”</i>
11	M	<i>“Eu acho uma coisa normal no mundo de hoje, mas não acho isso certo ter um casal do mesmo sexo, não tenho preconceito, mas não concordo com isso. Mas as pessoas não precisam concorda basta respeitar.”</i>

Fonte: Dados da pesquisa

Foi possível perceber que alguns alunos atribuem o termo homossexualidade apenas ao casal masculino.

Indivíduo 23 (Feminino): *Casais normais de um homem e uma mulher, de homossexuais e um casal de lésbicas que também são normais hoje em dia, a palavra que define essas imagens é Diversidade.*

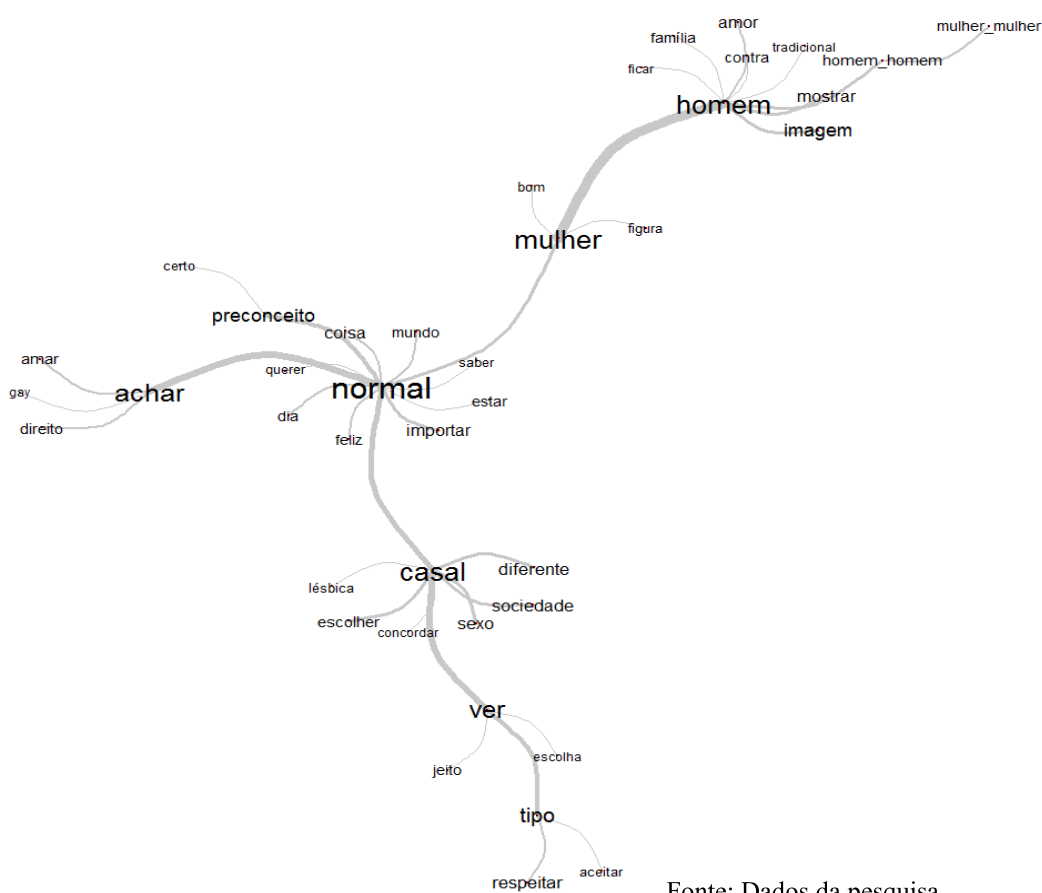
Indivíduo 29 (Masculino): *Eu vejo um tipo de casal homem mulher, claro ou casal tradicional. Casal homossexual e por fim de lésbicas. Não muito visto pela sociedade mais que eu aceito normalmente.*

A inclusão do tema relações de gênero nos PCNs “tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação” (BRASIL, 1997, p. 144). Os discursos sociais preconceituosos estão presentes na maioria dos jovens, é importante que a escola discuta questões polêmicas a fim de defender o direito de ser do outro, portanto, o educador deve ser o provocador dessas discussões; e as práticas educativas curriculares que questionem o caráter homogeneizador da educação e que problematizem a questão das diferenças precisam estar cada vez mais presentes, de forma a permitir a mediação reflexiva sobre a pluralidade cultural presente na sociedade e no próprio “chão” da escola.

## Análise de conteúdo realizada no IRAMUTEQ (LOUBERE; RATINAUD, 2014) das produções textuais dos estudantes sobre a diversidade de configurações afetivas e familiares – Análise de Similitude

A análise de similitude realizada no software IRAMUTEQ (LOUBERE; RATINAUD, 2014), a partir das produções textuais, mostra a conexão das palavras no texto a partir das mais frequentes, e revelou o lema central “normal” relacionado à “mulher”, “homem”, de um outro ramo parte o lema “casal” associado aos lemas “diferente”, “respeitar” e o lema “achar” está associado aos lemas “gay”, “direito” e “amar” (Figura 12).

**Figura 12:** Conexidade das palavras presentes nas produções textuais dos estudantes sobre a diversidade de configurações afetivas e familiares com base na análise de similitude realizada pelo software IRAMUTEQ (LOUBERE; RATINAUD, 2014).



Observa-se que mais uma vez os alunos enfatizam que normal seria um casal formado por um homem e uma mulher. No entanto, ressaltam que se deve respeitar a formação de casal gay que apesar de diferente, tem direito de amar.

Indivíduo 16 (Feminino): *Sim é o normal, o importante é que eles se amam e nada importa as pessoas que acham que não tinham que pensar melhor por que todo mundo tem direito de amar.*

Indivíduo 22 (Feminino): *Eu acho que todos têm o direito de escolher quem amar. Muitos acham diferente, mas isso é muito normal temos que respeitar.*

Indivíduo 24: *Eu acho normal porque são duas pessoas (gay) e eles tem o direito de amar.*

Indivíduo 27 (Masculino): *Nessa imagem vejo diferentes casais que a sociedade já aceita e respeita.*

Indivíduo 32 (Masculino): *São famílias bem diferentes, eu não sou contra mais é muito estranho ver pessoas de sexo diferente serem casal mesmo assim temos que respeitar.*

Quando surgem discussões sobre homossexualidade, a abordagem é predominantemente superficial e pouco influencia a maneira como os adolescentes encaram a questão. Normalmente a heterossexualidade é tida como o único fenômeno natural e conveniente para a sociedade. Assim, a escola deve colaborar para que os adolescentes percebam que existem diferentes identidades de gênero, e que o respeito pela individualidade é a única visão de normalidade que se deve ter (XAVIER; SANTIAGO, 2010). Portanto é necessário que a escola desconstrua o modelo “ideal” de casal tradicional criado pela sociedade ao longo da história, para que as diferentes diversidades de configurações afetivas e familiares sejam reconhecidas como normais e para que sejam enfim respeitadas.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, observa-se que apesar da sexualidade ser constituinte de todos os seres humanos e dada a importância e relevância, esse tema ainda é impregnado por múltiplos mitos, crenças e silêncios, o que acaba dificultando o desenvolvimento saudável e responsável da adolescência. Essas discussões ainda são pouco presentes na escola e conseqüentemente na família, tanto os pais quanto os professores não se sentem aptos a responderem as dúvidas e anseios dos adolescentes, ainda há desconforto para romper silêncios e dar lugar as discussões sobre questões referentes à sexualidade. Percebe-se que também há desconforto por parte de alguns alunos que não se sentem à vontade de expressar suas dúvidas sobre o tema.

Vale ressaltar que família e a escola exercem papéis diferentes e complementares na orientação sexual dos adolescentes, um não substitui o outro. O papel da escola é

complementar ao que é iniciado na família, não apontando o que é certo ou errado, mas colaborando para que os alunos consolidem uma visão positiva da própria sexualidade e se tornem capazes de decisões maduras e responsáveis não somente com o seu corpo, mas também com o corpo do outro.

Este trabalho revela a carência de conhecimento dos alunos sobre orientação sexual, e certa dificuldade para explicitar suas significações sobre o tema. Foi possível perceber muitos relatos preconceituosos associados a visões de estereótipos binários num discurso de “normalidade”. É necessário romper com a visão homogeneizadora promovendo práticas educativas que promova situações em que seja possível o reconhecimento entre os diferentes promovendo relações interculturais positivas. Nesse sentido, a escola é um espaço privilegiado para construção e desconstrução das dúvidas e ansiedades dos adolescentes.

É importante ressaltar que os significados sobre homossexualidade influenciam os preconceitos que são construídos com base em explicações sobre causas da homossexualidade. Portanto, as discussões, ações e ferramentas conceituais viabilizam a ressignificação e transformação que contribuem para o rompimento das desigualdades na perspectiva de uma educação humanizadora. A abordagem sobre esta temática na escola contribui para o processo de conhecimento dos adolescentes sobre sua sexualidade, o que favorece um olhar mais cuidadoso, positivo e responsável com seu corpo e, sobretudo com diversidade do outro, pois só podemos cuidar daquilo que conhecemos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: Edições UNESCO Brasil, 2004.

ALMEIDA, A. C. C. H. de.; CENTA, M. de L. A família e a educação sexual dos filhos: implicações para a enfermagem. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 22, n. 1, pág. 71-6. 2009.

ALTMANN, H. A Sexualidade adolescente como foco de investimento Político-Social. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. n. 46. p. 287-310. dez. 2007.

ALVES, Z. Religião e Sexualidade: Reflexões sobre Igrejas Inclusivas na cidade de São Paulo. **Sociabilidades Religiosas: mitos, ritos e identidades**, XI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões. 25 a 27 de maio. Goiânia, UFG. Campus II, 2009.

ARAÚJO, R. L. D. DE.; NÓBREGA, A. L.; NÓBREGA, J. Y. DE L.; SILVA, G. DA.; SOUSA, K. M. DE O.; COELH, D. C.; BORGES, H. E. Gravidez na adolescência: consequências voltadas para a mulher. **Informativo Técnico do Semiárido - INTESA** (Pombal - PB - Brasil) v. 9, n. 1, p. 15-22 Jan. - Jun., 2015. Disponível em: <http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/INTESA>. Acesso em 02 jun 2018.

AVELAR, B. Y. S.; VALLE, M. G. do. Análise da Base Nacional Comum Curricular em relação a gênero e sexualidade. In: IV CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU. v. 1, ISSN 2358-8829. Setembro, João Pessoa, Paraíba. 2017. **Anais...** João Pessoa – PB. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV073\\_MD1\\_SA7\\_ID3746\\_11092017151619.pdf](https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA7_ID3746_11092017151619.pdf). Acesso em 17 jun 2018.

BARBOSA, S. M.; COSTA, P. N. P. da.; VIEIRA, N. F. C. Estágios de mudança dos pais nas conversas com os filhos sobre prevenção HIV/AIDS. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 6, p. 1-7, nov./dez. 2008.

BARCELOS, N. N. S.; JACOBUCCI, D. F. C. Estratégias didáticas de educação sexual na formação de professores de Ciências e Biologia. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**. v. 10, n. 2, p. 334-345, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70 - Brasil. 2011.

BEIRAS, A.; TAGLIAMENTO, G.; TONELI, M. J. F. Crenças, valores e visões: trabalhando as dificuldades relacionadas a sexualidade e gênero no contexto escolar. **Aletheia**, n. 21, p. 69-78, 2005.

BELO, M. A. V.; SILVA, J. L. P. Conhecimento, atitude e prática sobre métodos anticoncepcionais entre adolescentes gestantes. **Revista de Saúde Pública**, v. 38, n. 4, p. 479-87. 2004.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Fememinista**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011. Disponível em:



<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2011000200016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2011000200016&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 de mar. de 2016.

BERALDO, F. N. M. Sexualidade e escola: um espaço de intervenção. **Psicologia Escolar Educacional**, v. 7, n. 1, 2009.

BOMFIM, S. S. **Orientação sexual na escola: tabus e preconceitos, um desafio para a gestão**. 2009. 70f. (Monografia graduação em Pedagogia) - Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2009.

BORGES, A. L. V.; LATORRE, M. do R. D. de O.; SCHOR, N. Fatores associados ao início da vida sexual de adolescentes matriculados em uma unidade de saúde da família da zona leste do município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 1583-1594, jul. 2007.

BORGES, A. L. V.; NICHATA, L. Y. I.; SCHOR, N. Conversando sobre sexo: a rede sociofamiliar como base de promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 3, p. 422-427, maio/jun. 2006.

BORRILLO, D. **Homofobia**. Barcelona: Ediciones Bellaterra. 2011.

BORTOLINI, A; MOSTAFA, M; COLBERT, M; BICALHO, P. P; POLATO, R; PINHEIRO, T. F. **Trabalhando Diversidade Sexual e de Gênero na Escola: Currículo e Prática Pedagógica**. Formação continuada em Gênero e Diversidade na Escola, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2014.

BORUCHOVITCH, E. A sexualidade na adolescência - Considerações para uma educação sexual mais efetiva. **Leituras de Psicologia para formação de professores**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRANCALEONI, A. P. L.; OLIVEIRA, R. R. de. Educação sexual na promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero. **Revista ELO - Diálogos em Extensão**, v. 5, n. 2, p. 57-62. 2016.

BRANDÃO, E. R.; HEILBORN, M. L. Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. **Família e sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 63-86. 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. Marco teórico e referencial: Saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens. **Secretaria de Atenção à Saúde**. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais** – Brasília: MEC/CEB, 1998.

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual (Temas Transversais). Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de ensino fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF. 1997.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Volume 10 – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual/** Secretaria de Educação Fundamental – Brasília. MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais – Orientação sexual /** Secretaria de educação. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (3ª versão)**, 2017. Disponível em < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>> Acesso em: 17 jun. 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMILO, V. M. de B.; FREITAS, F. L. S.; CUNHA, V. M.; CASTRO, R. K. S. de.; SHERLOCK, M<sup>a</sup> do S. M.; PINHEIRO, P. N. da C.; VIEIRA, N. F. C. Educação em Saúde sobre DST/AIDS com adolescentes de uma escola pública, utilizando a Tecnologia Educacional como Instrumento. **DST - Jornal brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis**. v. 21, n. 3, p. 124-128 - ISSN: 0103-406. 2009.

CANO, M. A. T.; FERRIANI, M. das G. C. A família frente à sexualidade dos adolescentes. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 38-46. 2000.

CANO, M. A. T.; FERRIANI, M. das G. C.; GOMES, R. Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 18-24, abril, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v8n2/12413>. Acesso em 03 mai 2018.

DAVIM, R. M. B.et.al. Adolescente/Adolescência: Revisão Teórica Sobre uma Fase Crítica da Vida. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**. Fortaleza, v. 10, n. 2, p.131-140,abr./jun.2009. Disponível em: <<http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/500/p>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

DIAS, A. C. G.; GOMES, W. B. Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência: a percepção dos pais. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 4, n. 1, p. 79-106. 1999.

DINIS, N. F. Educação, Relações de gênero e Diversidade Sexual. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 11/08/2017.

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu**. Lisboa: Edições 70, 1991.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. O cotidiano sexuado de meninos e meninas e situação de pobreza. In: **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 345-402. 1997.

ECOS – **Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana**. Promover a educação sexual nas escolas. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/623/623.pdf>. 2013. Acesso em: 4 jan. 2018.

FERREIRA, J. P. T.; MIRANDA, T.; BARONI, A. L. L. R. Conhecimento sobre as DST entre adolescentes escolares em Vespasiano, Minas Gerais. **Adolescência & Saúde (Online)**, Rio de Janeiro, v. 13, n. supl.2, p. 51-59, setembro 2016.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual no dia a dia**: 1ª coletânea. Londrina: [s.n.], v. 171, 1999.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. **Revista Linhas (UDESC)**. 2006.

FONSECA, A. D. da.; GOMES, V. L. de O.; TEIXEIRA, K. C. Percepção de adolescentes sobre uma ação educativa em Orientação Sexual realizada por acadêmicos (as) de Enfermagem. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 14, n. 2, p. 330-337. 2010.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. v, 1. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. O verdadeiro sexo. In: BARBIN, Herculine. **O diário de um hermafrodita**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 1-9, 1982.

FREITAS, K. R. de.; DIAS, S. M. Z. Percepções de adolescentes sobre sua sexualidade. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 19, n. 2, p. 351-357. 2010.

GERHARDT, C. R.; NADER, S. S.; PEREIRA, D. N. Doenças Sexualmente Transmissíveis: conhecimento, atitudes e comportamento entre os adolescentes de uma escola pública. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v.3, n. 12, p. 257-270. 2008.

GESSER, M.; OLTRAMARI, L. C.; CORD, D.; NUERNBERG, A. H. Psicologia escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – SP**, v. 16, n. 2, p. 229-236, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v16n2/a05v16n2.pdf>. Acesso em 05 mai 2018.

GODOI, A. M. L. de.; BRÊTAS, J. R. da S. A prática do sexo seguro no cotidiano de adolescentes. **Revista da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras**, v.15, n.2, p. 114-23, 2015. Disponível em: [http://www.sobep.org.br/revista/images/stories/pdf-revista/vol15-n2/vol\\_15\\_n\\_2-artigo-de-pesquisa-5.pdf](http://www.sobep.org.br/revista/images/stories/pdf-revista/vol15-n2/vol_15_n_2-artigo-de-pesquisa-5.pdf). Acesso em 05 mai 2018.

GONÇALVES, R. C.; FALEIRO, J. H.; MALAFAIA, G. Educação Sexual no Contexto Familiar e Escolar: Impasses e Desafios. **Holos**, v. 29, n. 5, p. 251-263, 2013. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/784>>. Acesso em: 09 maio 2018

GROFF, A. M. Sexualidade e Contexto Escolar. **EDUCERE – Revista da Educação**, v. 2, n. 2, p. 191-194, 2002. Disponível em: <http://revistas.unipar.br/index.php/educere/article/view/849>. Acesso em 03 maio 2018.

GUIMARÃES, A. M. A. N.; VIEIRA, M. J.; PALMEIRA, J. A. Informações dos adolescentes sobre métodos anticoncepcionais. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 11, n. 3, p. 293-298, 2013.

GUIMARÃES, B. T.; CARDOSO, V. G.; SILVA, Z. do S. S. B. da. Prática de sexo seguro por acadêmicos de enfermagem de uma faculdade do estado do Tocantins no ano de 2012. **Revista Científica do ITPAC**, v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <https://assets.itpac.br/arquivos/Revista/61/5.pdf>. Acesso em 02 jun 2018.

JARDIM, D. P.; BRÊTAS, J. R. S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira – SP. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 59, n. 2, p. 157-62, 2006.

JARDIM, D. P.; SANTOS, E. F. dos. Uso do preservativo masculino por adolescentes no início da vida sexual. **Adolescência e Saúde**, v. 9, n. 2, p. 37-44, 2012.

JESUS, B. de; RAMIRES, L.; UNBEHAUM, S.; CAVASIN, S.; **Diversidade Sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**. Ed. Especial, revista e ampliada. São Paulo: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 92 p. 2008.

JUNQUEIRA, P. Peso da responsabilidade de evitar a gravidez não deve ser só da mulher. **Revista Encontro**. Disponível em: <https://www.revistaencontro.com.br/canal/atualidades/2017/05/peso-da-responsabilidade-de-evitar-a-gravidez-nao-deve-ser-so-da-mulhe.html>. Acesso em: 14 maio 2018.

LEITE, R. R. Q. F. **Assistência de enfermagem na perspectiva das gestantes adolescentes**. Patos, Paraíba: FIP, 2011.

LIMA, D. P.; GARBIN, C. A.; DOSSI, A. P.; ARCIERI, R. M.; ROVIDA, T. A. Percepção de adolescentes em relação a Doenças Sexualmente Transmissíveis e métodos contraceptivos. **DST - Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis**, v. 22, n. 2, p. 60-63, 2010.

LIONÇO T.; DINIZ, D. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. **Revista Psicologia Política**, v. 8, n. 16, p. 307-324, 2008.

LOPES, G. **Conversando com a criança sobre sexo. Quem vai responder?** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.

LOUBÈRE, L.; RATINAUD, P., **Documentation Iramuteq**. Disponível em: [http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/documentation\\_19\\_02\\_2014.pdf](http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/documentation_19_02_2014.pdf). Acesso em: 11/01/18. 2014.

MAIA, A. C. B. Orientação Sexual na escola. In P. R. M. Ribeiro (Org.), **Sexualidade e Educação: aproximações necessárias** (p.153-180). São Paulo: Arte & Ciências. 2004.

MAIA, A. C. B.; EIDT, N. M.; TERRA, B. M.; MAIA, G. L. Educação Sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n.1, p. 151-156, 2012.

MAISTRO, V. I. de A.; ARRUDA, S. de M.; LORENCINI JÚNIOR, Á. O papel do professor em um projeto de educação sexual. In: VII ENPEC – ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 2009, Florianópolis – SC. **Anais...** Florianópolis, 2009.

MAMPRIN, A. M. P. **A Importância da Educação Sexual na escola para Prevenção de Conflitos gerados por questões de Gênero**. Londrina: Secretaria Estadual de Educação do Paraná, 2009.

MARTINS, L. B. M.; COSTA PAIVA L. H.; OSIS M. J. D.; SOUZA, M. H.; NETO, A. M. P.; TADINI, V. Fatores associados ao uso de preservativo masculino e ao conhecimento sobre DST/AIDS em adolescentes de escolas públicas e privadas do Município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 2, p. 315-323. 2006.

MARTINS, L. B. M.; COSTA PAIVA, L.; OSIS, M. J. D.; SOUSA, M. H. PINTO NETO, A. M.; TADINI, V. Conhecimento sobre métodos anticoncepcionais por estudantes adolescentes. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 1, p. 57-64, 2006.

MEIRA, M. E. M., QUEIROZ, A. B., OLIVEIRA, I. A., MORAES, R. Q.; OLIVEIRA, T. H. Psicologia Escolar, desenvolvimento humano e sexualidade: projetos de orientação sexual em instituições educacionais. **Revista Ciência em Extensão**, v. 2, n. 2, p. 94-113, 2006.

MEISTER, M. V. **Livro Didático e Sexualidade**: abordagens sobre o corpo e a saúde sexual humana. 2010. 37 f. Monografia (Graduação em Biologia) - Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010.

MENDONÇA, R. C. M.; ARAÚJO, T. M. E. Análise da produção científica sobre o uso dos métodos contraceptivos pelos adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, n. 6, p. 1040-5, 2010.

MENEZES, J. A.; LEITE, M. DE O.; BARBOSA, E. S.; ADRIÃO, K. G. Gravidez e Maternidade na adolescência e suas repercussões no processo de escolarização. **Revista PerCursos**, v. 13, n. 2, p. 134-154, 2012.

MIRANDA, A. A. M.; SILVA, C. G. DE O. E.; THIMOTEO, G. M.; ASSIS, L. F.; DEL'DUCA, A.; CARVALHO, A. R. DE.; MIRANDA, J. P. L. de. Conhecimentos acerca de DST/AIDS e Métodos Contraceptivos dos discentes dos Cursos Técnicos Integrados do IF Sudeste MG – Campus Juiz de Fora. Brasil. **Multiverso**, v. 1, n. 1, p. 25-36, 2016.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. **Multiculturalismo - Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração, São Paulo**, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

OLIVEIRA, P. C. A importância do ensino sobre questões de gênero na educação. In: II SEMINÁRIO DE ESTÁGIO DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS. UEL, 2011. Londrina. **Anais...** Londrina – PR, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/aOLIVEIRA%20%20Polyanna%20Claudia.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

PADILHA, A. P.; BORBA, K. P. de.; CLAPIS, M. J.; BARATIERI, T.; BORBA, E. de. O conhecimento de adolescentes sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v. 6, n. 3, p.2249-2260, 2015.

PANTOJA, A. L. N. “Ser alguém na vida”: uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 2, p. 335-343, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2003000800015&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2003000800015&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 15 jun 2018.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: temas transversais. **Brasília, D.F.: MEC/SEF**, 1998.

PATIAS, N. D.; DIAS, A. C. G. Sexarca, informação e uso de métodos contraceptivos: comparação entre adolescentes. **Psico-USF**, v. 19, n. 1, p. 13-22, 2014.

POLETTI, L. MEC tira combate à homofobia e transfobia dos critérios para avaliação de livros. **Jornal O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/mec-tira-combate-homofobia-transfobia-dos-criterios-para-avaliacao-de-livros-22672206>. Acesso em 17 jun 2018. Maio, 2018.

PORTELA, N. L. C.; ARAÚJO, L. P. Conhecimento e prática dos métodos contraceptivos por estudantes adolescentes: um estudo comparativo. **Revista Univap**, v. 19, n. 33, p. 13-24, 2013.

QEDU. **Aprovação, reprovação, abandono, evasão escolar e distorção idade-série**. Santa Catarina, 2013. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/ajuda/artigo/212405>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

RESSEL, L. B., JUNGES, C. F., SEHNEM, G. D., SANFELICE, C. A influência da família na vivência da sexualidade de mulheres adolescentes. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 15, n. 2, p. 245- 250. 2011.

RIBEIRO, P. R. M. **Educação Sexual – além da informação**. São Paulo: EPU. 1990.

SANTOS, C. A. C. dos; NOGUEIRA, K. T. Gravidez na adolescência: falta de informação?. **Adolescência e Saúde**, v. 6, n. 1, p. 48-56, 2009.

SANTOS, G. dos. **Percepção dos estudantes de uma escola de Ensino Fundamental em relação às causas e consequências da Gravidez na adolescência**. 2011. 24f. (Monografia especialização em Gestão Pública) – Universidade Federal da Paraíba, 2011.

SANTOS, A. I. dos. **A nova Base Nacional Comum Curricular: uma análise da exclusão dos termos gênero e orientação sexual à luz de Michel Foucault**. Março, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/323644136>. Acesso em: 17 jun 2018.

SARAIVA, A. M. A. **Distorção idade-série**. GESTRADO. Disponível em: <http://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=237> . 2010. Acesso em: 17 jun. 2018.

SAVEGNAGO, S. D. O.; ARPINI, D. M. Conversando sobre Sexualidade na família: olhares de meninas de grupos populares. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n.150, p. 924-947, 2013.

SAYÃO, R. **A Educação Sexual nossa de cada dia**. Ed. Artes e Ofícios, 1995.

SECAD, Cadernos. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Brasília, 2007.**

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª Edição revista e atualizada 2ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, C. V.; BRÊTAS, J. R. S.; FERREIRA, D.; CORREA, D. S.; CINTRA, C. C. Uso da camisinha por adolescentes e jovens: avaliação da sequencia dos procedimentos. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 392-399, 2004.

SILVA, R. C. P. da.; MEGID NETO, J. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 12, n. 2, p. 185-197, 2006.

SOARES, E. R. M. A distorção idade-série e a avaliação: relações. **37ª Reunião Nacional da ANPEd**, v. 23, n. 45, p. 1-18, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT13-3571.pdf>. Acesso em 17 jun 2018.

SOUZA, H. P. **Convivendo com seu sexo (Pais e Professores)**. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1991.

SWAIN, T. N. Para além do binário: os queers e o heterogêneo. **Gênero**, v. 2, n. 1, p. 87-98, set. 2001.

TABORDA, J. A.; SILVA, F. C. DA.; ULBRICHT, L.; NEVES, E. B. Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômicas entre elas. **Cadernos Saúde Coletiva (Rio de Janeiro)**, v. 22, n. 1, p. 16-24, 2014.

VIEIRA, M. L.; SAES, S. O.; DÓRIA, A. A. B.; GOLDBERG, T. B. L. Reflexões sobre a anticoncepção na adolescência no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 6, n. 1, p. 135-40. 2006.

XAVIER, J. A. dos S.; SANTIAGO, N. B. Educação sexual: problematizando sobre a diversidade. **Pedagogia em Ação**, v. 2, n. 1, p. 41-45, 2010.

**ANEXOS**



## **ANEXO A: Normas da Revista Cadernos de Pesquisa usadas para normatizar o presente manuscrito.**

Normas para publicação: instruções aos autores

### **1 INFORMAÇÕES GERAIS**

Cadernos de Pesquisa é uma revista publicada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPPG) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), de periodicidade trimestral e circulação nacional e internacional, disponibilizada no formato eletrônico. Destina-se à publicação de trabalhos científicos, inéditos multi/interdisciplinares desde que sejam voltados para área de Educação, sob a forma de artigo. A revista aceita também, texto em inglês e espanhol.

A publicação dos trabalhos depende da decisão da Comissão Editorial, após o parecer de pelo menos dois revisores do quadro de colaboradores da revista, em procedimento sigiloso quanto à identidade do(s) autor(es) e revisor(es).

A revista aceita artigos de Doutores, Mestres e alunos de pós-graduação (Mestrandos e Doutorandos) em coautoria do professor doutor orientador. O quantitativo de autores por artigo deve ser de, no máximo, de **quatro (04)**, sendo, no mínimo, um (01) Doutor. Os autores são responsáveis pelas informações contidas nos trabalhos, bem como pela devida permissão para uso das ilustrações ou tabelas publicadas de outras fontes.

A **Declaração de Responsabilidade** e o **Termo de Transferência dos Direitos de Autorais** de publicação (conforme modelo disponível), assinados pelo(s) autor(es), deverão ser inseridos no sistema como documentos suplementares, em pdf, no ato da submissão.

Também deverá ser inserido como documento suplementar, em *word*, os seguintes **dados de identificação do(s) autor(es)**: título do artigo, nome completo do(s) autor(es), titulação mais relevante, instituição de vínculo (informando a cidade, o estado e o país da instituição) e e-mail atualizado. Autores estrangeiros devem indicar o país de origem.

Os autores serão informados sobre a aceitação ou não da submissão, bem como em relação à aprovação ou não para publicação, pelos e-mails cadastrados no sistema.

Para efeito de apresentação, padronização e comunicação, os trabalhos enviados deverão seguir rigorosamente às regras das normas especificadas a seguir, sob o risco de **não serem aceitos**.

### **2 NORMAS E CRITÉRIOS PARA APRESENTAÇÃO**

O(s) autor(es) deverão submeter os seus trabalhos de acordo com as exigências de apresentação tabular do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) referente a informação e documentação, adotando sempre as edições mais recentes, a saber:

- a) NBR 6022 - Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica;
- b) NBR 10520 – Citações em documentos;
- c) NBR 6023 – Referências;
- d) NBR 6028 – Resumo;

- e) NBR 6024 – Numeração progressiva das seções de um documento;
- f) NBR 14724 – Trabalhos acadêmicos;
- g) IBGE. Normas de apresentação tabular. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993.

Os trabalhos submetidos que não estiverem de acordo com as normas supracitadas serão recusados pela Comissão Editorial.

## 2.1 Estrutura

### Artigo

- a) os artigos devem ter, no mínimo, 25 e, no máximo, 30 *páginas*, incluindo as referências;
- b) os trabalhos devem apresentar a seguinte sequência:
  - título e subtítulo (se houver), respectivamente, em português, inglês e espanhol (Não ultrapassando 100 caracteres);
  - resumo informativo (de 100 a 250 palavras), na língua do texto, com Palavras-chave (no máximo de 06 palavras, separadas por ponto);
  - resumo em língua estrangeira, em inglês (Abstract com Keywords) e em espanhol (Resumen com Palabras clave);
  - texto (introdução, desenvolvimento e conclusão);
  - notas explicativas (se houver);
  - Referências;
  - Imagens devem ser enviados com resolução em **300dpi**.

## 2.2 Algumas regras gerais de apresentação

Todo o material deve ser estruturado da seguinte forma:

- a) os textos devem ser gerados em Word ou Open Office, com a seguinte formatação: papel formato A4, margens superior e esquerda de 3 cm, inferior e direita de 2,0 cm, recuo de parágrafo (primeira linha) de 2,0 cm; fonte Times New Roman 12; espaço entrelinhas de 1,5, sem espaço entre os parágrafos (zero antes e depois) e sem paginação;
- b) os textos devem ser enviados após uma rigorosa revisão ortográfica, gramatical e de normalização;
- c) quanto a citações, exige-se utilizar o sistema autor-data, conforme NBR 10520, com as seguintes orientações:
  - quando o sobrenome do autor estiver incluído na sentença, deverá ser escrito somente com a primeira letra maiúscula, seguido do ano da publicação e página da citação, neste caso, quando for citação direta, da respectiva fonte utilizada. Exemplos: Freire (2009, p. 7), Freire e Matos (2009, p. 7), Freire, Matos e Campos (2009, p. 7) ou Freire et al. (2009, p. 7), este

último, quando for de mais de três autores. Nas citações indiretas a indicação do número de página é opcional, conforme exemplo: Freire (2009) ou Freire (2009, p. 7);

– quando o sobrenome do autor não estiver incluído na sentença, o(s) autor(es) e o ano deve ser colocado entre parênteses. Exemplos: (FREIRE, 2009, p. 7), (FREIRE; MATOS, 2009, p. 7), (FREIRE; MATOS; CAMPOS, 2009, p. 7), (FREIRE et al., 2009, p. 7);

– as citações que contenham até três (3) linhas não serão destacadas com o recuo, devendo permanecer com a mesma fonte do texto e entre aspas duplas, indicando a fonte e a página consultada quando for citação direta;

– as citações de mais de três (3) linhas deverão vir destacadas com recuo de 4,0 cm da margem esquerda, utilizando a mesma fonte do texto, porém em tamanho dez (10), espaçamento simples (1,0) e sem aspas duplas;

– as citações em língua estrangeira deverão ser traduzidas para a língua do texto indicando os créditos da tradução, após a chamada de citação, como o exemplo: (COSTA, 2010, p. 10, tradução nossa);

– não usar expressões latinas (Id., Ibid., op. cit. etc.) no texto, exceto apud (citado por) e et al. (e outros). Exemplos: Demo (apud COSTA, 2010, p. 10) ou (DEMO apud COSTA, 2010, p. 10), Costa et al. (2010) ou (COSTA et al., 2010);

– as ilustrações (quadros, fotografias, figuras, gráficos etc.), deverão apresentar suas respectivas legendas, conforme item 6.6 da NBR 6022/2018 e em resolução de até 300 mpi (formato jpeg). A indicação da fonte é semelhante à das citações (autoria e ano), exemplo, Fonte: Costa (2011), indicando a fonte nas Referências no final do trabalho. As ilustrações, tabelas e fórmulas deverão vir em preto e branco e inseridas no texto;

– as equações e fórmulas devem ser destacadas no texto, se necessário, numeradas entre parênteses, por exemplo,  $x^2 + y^2 = z^2$  (1)

– as Tabelas devem ser padronizadas conforme as normas de apresentação tabular do IBGE;

– as notas, de caráter explicativo e numeradas sequencialmente, devem figurar com o uso de nota de rodapé;

e) as referências devem conter somente os autores citados no trabalho, apresentados em ordem alfabética, de acordo com as normas NBR 6023.

**APÊNDICES**

**APÊNDICE A: Questionário inicial dos conhecimentos prévios sobre Sexualidade****QUESTIONÁRIO PRÉVIO**

Dados de identificação do aluno

Idade: \_\_\_\_\_ Série: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Religião:

( ) Católica ( ) Evangélica ( ) Espírita ( ) Não tenho religião ( ) Outra

Você mora na área:

( ) rural ( ) urbana

1. Sexualidade é um assunto abordado na sua escola?
2. De que forma a escola aborda este assunto?
3. Quais informações você gostaria de ter acesso sobre sexualidade?
4. Seus pais ou responsáveis conversam sobre sexualidade com você?
5. Seus professores conversam sobre sexualidade com você?
6. Você conhece métodos contraceptivos? Quais?
7. Você faz uso de algum método anticoncepcional? Quais?
8. Você acredita que a gravidez na adolescência prejudica os estudos? Por quê?
9. Você se considera preconceituoso (a)? Por quê?
10. Explique o que você entende por heterossexual, homossexual e bissexual.
11. Você sabe o que é homofobia?
12. O que você entende por DST?
13. O que você sabe sobre a AIDS?
14. O que você entende por “sexo seguro”?
15. Por que aumenta cada vez mais o número de adolescentes grávidas, apesar de tanta orientação?
16. Você considera seguro ter uma relação sexual sem prevenir-se? Por quê?

**APÊNDICE B:** Figura da diversidade de configurações afetivas e familiares para produções textuais descritivas elaboradas pelos alunos

